

# Acção Socialista



N.º 1311 15 Setembro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA A PEDRO SILVA PEREIRA, MINISTRO DA PRESIDÊNCIA

## “Nestes anos de governação do PS o país avançou no sentido da sua modernização e de justiça social”



O “Acção Socialista” retoma o contacto com os seus leitores com uma entrevista ao ministro da Presidência sobre as principais matérias da governação, em que Pedro Silva Pereira sublinha o objectivo do Executivo do PS de chegar ao fim da legislatura com “um processo de modernização do país muito adiantado” e reafirma a aposta nas políticas sociais, de que é

exemplo o recente reforço da acção social escolar. Na entrevista, o governante destaca ainda a reforma do Código do Trabalho, “que honra a tradição e a sensibilidade social do PS”, e a atenção dada pela governação de José Sócrates à questão da igualdade de género, apontando a aprovação da Lei da Paridade como a medida mais importante nesta área.

Fundação *Res Publica*  
Nasceu o novo  
*think tank* do PS



Novas Fronteiras  
Valorização da  
escola pública é  
marca da esquerda  
republicana



Universidade de Verão  
Concelhias de Odivelas  
e Vila Franca de Xira  
debateram qualidade  
de vida urbana

Opinião  
Ana Catarina Mendes,  
Augusto Santos Silva,  
Carlos Zorrinho,  
Glória Araújo, Horácio  
Antunes, Luís Miguel  
Ferreira, Miguel Freitas,  
Paula de Deus

Comício Nacional  
do Partido Socialista

em:  
**GUIMARÃES**

SÁBADO, 20 DE SETEMBRO - 15.30h  
Multiusos de Guimarães  
Contamos consigo!

Grupo  
Parlamentar Conferência  
Parlamentar

**LEI DO DIVÓRCIO**

25 de Setembro, 10.00h  
Assembleia da República  
Auditório do Novo Edifício

Com a participação de  
Alberto Martins e José Sócrates



# “PS é a única força política

ENTREVISTA A SILVA PEREIRA, MINISTRO DA PRESIDÊNCIA

**Esta fase final da legislatura continuará a ser dominada pelas reformas estruturais e pelas políticas sociais, afirmou o ministro da Presidência, salientando que nestes anos de governação do PS “o país avançou no sentido da sua modernização e de justiça social”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Pedro Silva Pereira não poupa críticas a Manuela Ferreira Leite, que acusa de “dizer mal de tudo, de forma cega, para esconder o vazio de propostas e de alternativas” que marca a sua liderança do PSD, e reitera que “o PS é a única força política de modernização que o país tem”.**

**Entrados na última sessão legislativa, grande parte do programa de Governo está cumprido. O que falta ainda fazer?**

Nós temos bem a consciência que os problemas do país são estruturais e portanto esta fase final da legislatura continuará a ser dominada pelas reformas e pelas iniciativas de modernização, designadamente nas áreas da educação, das novas tecnologias e da legislação laboral. A ideia é nós chegarmos ao fim da legislatura com um processo de modernização do país muito adiantado, que represente um progresso visível. Vai ser mais um ano de muito trabalho.

**No que respeita ao que foi realizado ao longo destes três últimos anos, que principais bandeiras destacaria como mais marcantes da acção governativa?**

As marcas deste Governo correspondem aos compromissos que assumimos com os portugueses. Em primeiro lugar, o plano tecnológico e as qualificações, com uma grande evolução no ensino básico e secundário e com o programa Novas Oportunidades. Depois, em segundo lugar, as reformas, com destaque para a reforma da Segurança Social, para a reforma da Administração Pública, incluindo o Programa Simplex e, agora, para a reforma da legislação laboral. Se nós complementarmos isto com uma gestão orçamental que resolveu a crise do défice público e com o dinamismo que imprimimos às políticas sociais, incluindo domínios até aqui pouco desenvolvidos, designadamente nas políticas de família, de apoio aos idosos e de imigração, ficamos com uma ideia, ainda que resumida, do vasto leque de acções realizadas, que significa, basicamente, o seguinte: nestes anos de governação do PS o país avançou no sentido da sua modernização e de justiça social.

**Confirma que as áreas da Ciência, da Educação e da Eco-**

**nomia serão as mais beneficiadas no próximo Orçamento de Estado?**

O Orçamento de Estado será apresentado na Assembleia da República no dia 15 de Outubro e, portanto, é ainda cedo para dar elementos concretos sobre a sua versão final. Agora, sem dúvida que a aposta no conhecimento, que é estruturante no âmbito do plano tecnológico, terá, em coerência, continuidade no Orçamento para 2009.

**Correu a notícia de que haveria um desinvestimento na Administração Interna. Há alguma verdade nesta informação?**

Isso já foi desmentido pelo ministro da Administração Interna. Pelo contrário, nós temos nesse domínio, e pela primeira vez, um programa de investimento sustentado, assente numa racionalização das infra-estruturas disponíveis, e que terá continuidade no próximo Orçamento.

**Qual a principal linha discursiva que vai marcar a “rentree” do PS? Que novidades se podem esperar das diferentes iniciativas previstas para este mês de Setembro?**

O que nós pretendemos é, fundamentalmente, por um lado, a mobilização do PS num tempo de combates muito difíceis e não falo apenas dos combates eleitorais. O PS está confrontado com o desafio de se assumir junto dos portugueses como a única força política de modernização que o país tem. Se nós olharmos para o panorama político-partidário, não encontramos nenhuma outra força política que possa significar para os portugueses uma força de modernização. Por outro lado, o PS pretende, também, continuar a desafiar aqueles independentes que têm trabalhado connosco e com os quais mantivemos ao longo desta legislatura uma colaboração, que irá prosseguir no âmbito das Novas Fronteiras e, num outro plano, no âmbito da Fundação Res Publica.



**Como analisa a inusitada onda de violência que varreu o país durante o mês de Agosto?**

Houve efectivamente casos de criminalidade violenta em número superior àquilo que aconteceu no ano anterior. Mas, de acordo com os dados de que dispomos, trata-se de índices inferiores aos que se verificaram em 2006 ou em 2004. Portanto, precisamos de ver as coisas em perspectiva. No entanto, o mais importante nestas situações é saber reagir e uma reacção passa, em primeiro lugar, por manifestar a nossa confiança nas forças de segurança que estão no terreno e por adoptar as medidas que a conjuntura torna necessárias. Nesse âmbito, o Governo aprovou, por exemplo, a alteração à lei das armas, que permitirá uma intervenção mais eficaz. Mas tem sido usada muita demagogia em torno desta questão, particularmente quando se pretende imputar à recente legislação processual penal alguma responsabilidade nestas situações, designadamente no que diz respeito ao regime da prisão preventiva. Ora, isso é pura simplesmente falso: não foi introduzida nenhuma alteração

no regime de aplicabilidade da prisão preventiva no que concerne à criminalidade violenta.

**Através de comunicado, o PSD veio pedir a demissão do ministro da Administração Interna, sem avançar com medidas ou ideias para atacar esta nova realidade do crime organizado e da violência gratuita. Que lhe parece este modo de fazer política?**

Este é o tipo de proposta que vem daqueles que não têm nada para dizer sobre coisa nenhuma e também sobre Administração Interna. Estou mesmo convencido que esse comunicado do PSD foi muito mais uma resposta às acusações de silêncio e ausência que vieram do interior do partido. A sociedade portuguesa e a opinião pública reagiram com a merecida indiferença a essa proposta.

**Qual a sua opinião relativamente à criação de um novo partido político sugerida pelo Dr. Alberto João Jardim? Trata-se de mais uma diatribe do Dr. Jardim ou, antes, é bem o reflexo da divisão no PSD?**

Acho que o Sr. Alberto João Jar-

dim estava sobretudo a falar para o interior do seu próprio partido. No entanto, é cada vez mais manifesto que a nova liderança do PSD não tem sido capaz de congregar forças no partido.

**Que comentário lhe merece a intervenção de Manuela Ferreira Leite na Universidade de Verão do PSD?**

A intervenção da Dr.ª Ferreira Leite na Universidade de Verão do PSD veio provar que a estratégia do silêncio, afinal, não é estratégia nenhuma: é apenas um biombo para esconder o vazio de propostas e de alternativas da actual liderança. A presidente do PSD limitou-se a dizer mal de tudo, de forma cega (chegou a dizer que do Governo do PS não resulta nenhum benefício para o país!), aliás com muitas injustiças e inverdades. Mas sobre o seu projecto não foi capaz de escrever mais do que um parágrafo de generalidades que não dizem nada, nem merecem discussão. O PSD, pelos vistos, vai continuar à espera. O país já percebeu que dali não virá nada de novo para o seu futuro. Acho até que se houvesse avaliação a sério na Universidade

# de modernização do país”



do PSD; a Dr.ª Manuela Ferreira Leite não passava.

**E, já agora, acha normal que um líder partidário como Paulo Portas tenha ocultado aos seus pares a informação da demissão há cerca de um ano de Luís Nobre Guedes da vice-presidência do CDS/PP?**

Normal certamente que não é. Essa é uma questão da vida interna do CDS/PP, mas o que fica claro para quem olha de fora é que o CDS é, cada vez mais, um partido de um homem só.

**Como analisa o veto à Lei do Divórcio e a comunicação ao país do Presidente da República a propósito do Estatuto Político Administrativo dos Açores?**

São duas questões diferentes. O veto político à Lei do Divórcio é, naturalmente, o exercício das competências próprias do Presidente da República, que entendeu expressar o seu ponto de vista. Ao PS e à Assembleia da República cabe considerar as observações que constam da fundamentação desse veto presidencial. Mas isso não vai alterar aquela que é a posição de fundo do Partido So-

cialista, traduzida nessa proposta. Estamos perante uma lei que vai na boa direcção. No que respeita ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores, do mesmo modo, o Grupo Parlamentar do PS não deixará de ponderar as observações do Presidente. A comunicação feita ao país pela televisão, foi uma opção entre outras possíveis, já que o Presidente tinha também ao seu dispor a possibilidade de dirigir uma mensagem ao Parlamento. Escolheu a forma que julgou mais adequada aos seus objectivos. Não compete, obviamente, ao Governo comentar essa opção.

**No que respeita à economia, há sinais contraditórios. Em face da conjuntura internacional adversa, Portugal consegue crescer acima da média da União Europeia e baixar a taxa de desemprego. Podemos confiar que o próximo ano será mais positivo para os portugueses ou, pelo contrário, vão agudizar-se as dificuldades?**

Os factos são estes: numa conjuntura económica internacional difícil a economia portuguesa cresceu no segundo trimestre,

comparando com o trimestre anterior, mais do que os seus parceiros europeus. Estamos, também, a ter melhor desempenho a nível da inflação e estamos, finalmente, a conseguir baixar a taxa de desemprego, que caiu para 7,3 por cento. Isto revela um dinamismo de criação de emprego da nossa economia, que soma já cerca de 133 mil empregos criados (em termos líquidos) desde a entrada em funções do actual Governo. São sinais de esperança, a que se junta o facto do Governo ter finalmente conseguido progressos na consolidação das nossas contas públicas. Isto significa a confirmação de que este é o caminho certo para enfrentar as dificuldades. Todavia, ninguém pode ficar imune às dificuldades da economia internacional e por isso o ano de 2009 é, com certeza, ainda um ano de muitas incertezas. Mas a nossa convicção é que o país está agora melhor preparado para enfrentar esta conjuntura difícil.

**Ainda em relação ao emprego, até que ponto o novo Código Laboral é mais um instrumento eficaz com vista a promover a empregabilidade e a combater o trabalho precário?**

O Código do Trabalho é uma iniciativa que honra a tradição e a sensibilidade social do PS, porque se dirige, essencialmente, a enfrentar um dos problemas centrais do mundo do trabalho que é a precariedade do emprego.

Por outro lado, esta proposta é apresentada na base de um acordo de concertação social, o que é muito importante e diz muito da forma como o PS entende a sua maioria absoluta. Naturalmente, há resistências. Há aqueles que dizem sempre mal, que disseram mal de todas as mudanças nos últimos 30 anos. Mas a verdade é que esses estão hoje numa posição difícil de explicar o seu protesto, na medida em que estamos a falar de um Código que, entre outros aspectos, reduz os contratos a prazo de seis para três anos, que incentiva os empregadores a recorrerem ao contrato sem termo em detrimento do contrato a termo, e que combate o abuso dos recibos verdes, além de também reforçar a protecção social dos trabalhadores em regime de recibo verde. Portanto, só o facciosismo a que nos habituaram algumas vozes à nossa esquerda justifica que a CGTP tenha ficado de fora deste acordo.

**No âmbito das políticas sociais, que mais podemos ainda esperar até ao final da legislatura?**

Não há dúvida que a sensibilidade social tem atravessado toda a acção governativa. Começou com o combate à pobreza dos idosos, com o complemento solidário, estendeu-se a algumas iniciativas na área da imigração, depois ao investimento em equipamentos sociais, ao apoio à família, entre muitas outras ini-

ciativas. E agora elegemos uma área particular de intervenção que é a acção social escolar. O ano lectivo de 2008/09 será marcado por um crescimento dos apoios às famílias e aos jovens no âmbito da acção social escolar, o que é por si mesmo um novo impulso ao desenvolvimento das políticas sociais, orientadas para a igualdade de oportunidades. Destaco, por exemplo, a criação do passe escolar destinado a crianças e jovens entre os quatro e os 18 anos, que garante um desconto de 50 por cento relativamente às tarifas dos passes mensais.

**O PS tem dado uma especial atenção, através de várias iniciativas legislativas, à questão da igualdade de género. Quer destacar algumas dessas medidas?**

Não há dúvida que esta legislatura fica marcada por várias mudanças no plano da sociedade e a mais importante de todas no que respeita à igualdade de género é, sem dúvida, a aprovação da Lei da Paridade. Este foi um diploma que também conheceu resistências, mas que vai transformar o quadro de representação parlamentar e os órgãos autárquicos em termos muito significativos e o PS honra-se não apenas de ter tomado a iniciativa nesta proposta mas, também, de a ter aplicado internamente antes de todos os outros partidos. É por isso que hoje o Grupo Parlamentar socialista é exemplar do ponto de vista da igualdade de género.



*O Código do Trabalho é uma iniciativa que honra a tradição e a sensibilidade social do PS, porque se dirige, essencialmente, a enfrentar um dos problemas centrais do mundo do trabalho que é a precariedade do emprego*

# PS cria Fundação para ajudar a político progressista e com

O secretário-geral do PS, José Sócrates, presidiu no Centro Cultural de Belém (CCB) ao lançamento da Fundação Res Publica, instituição que tem por objectivo o estudo e o debate de políticas públicas, assumindo-se como um núcleo de investigação e divulgação de teorias na área da ciência política, estudos autárquicos, laborais e sindicais.

COMEÇANDO por valorizar esta nova iniciativa socialista, José Sócrates sublinhou que as melhores ideias e os melhores projectos para Portugal têm tido sempre a marca do PS, de que a nova Fundação Res Publica, disse, é disto um excelente exemplo.

A par do anúncio desta iniciativa, o líder socialista aproveitou a ocasião para lançar implicitamente um forte ataque ao PSD e à sua nova dirigente, defendendo que a procura de novas ideias e de novos caminhos para a política e para o regime democrático, “como o PS sempre defendeu e pretende reforçar, nomeadamente através do lançamento da Fundação Res Publica”, é algo que se contrapõe ao “espírito e ao discurso do bota-abaixo, da maledicência e do negativismo” algo que o país ouviu, acrescentou, sem todavia mencionar nomes.

Para Sócrates, o PS “é uma força política do seu tempo”, razão porque “queremos procurar o que há de mais nobre na política”, as melhores ideias, os melhores projectos “para podermos servir melhor os nossos compatriotas e o país”, e deste modo “credibilizar a política e dar maior confiança aos portugueses”.

Falando de improviso, o secretário-geral dos socialistas defendeu que o que não dá credibilidade à política é ser-se permanente e sistematicamente “negativista” em relação a tudo e a todos, estar-se sempre, como disse, no campo da “maledicência e do pessimismo” ou no discurso de que “nada se pode fazer no nosso país”.

Trata-se, para José Sócrates, de um discurso “que nada tem para oferecer ao país ou aos portugueses”, um discurso que o líder socialista não hesitou em classificar de “mediocre” e que convida, na sua perspectiva, à desistência e ao conformismo, algo que, garantiu, está numa posição oposta à prática política do PS e da sua própria história.

Portugal, acrescentou ainda o líder do PS, “já tem de sobra políticos que passam a vida a falar que o país não pode fazer nada e que não pode ambicionar a mais”,

defendendo, em contrapartida, o surgimento de líderes partidários “com espírito construtivo” que digam aos portugueses o que é possível fazer e ambicionar, e o que está “ao nosso alcance para construir um país melhor e mais progressivo”.

Depois de relembrar o percurso democrático de abertura e de “rejeição de dogmas” por parte do PS ao longo da história da democracia portuguesa, Sócrates recordou alguns episódios que classificou como exemplificativos da forma como o Partido Socialista faz e sempre tem feito política, evocando a este propósito a escolha, “pela primeira vez em Portugal”, do secretário-geral de um partido político através de eleições directas, ou ainda, a forma transparente como se desenvolveram os trabalhos do último Congresso socialista realizado em Guimarães ou a iniciativa por si lançada do Fórum Novas Fronteiras, que tem vindo a ser, como recordou, um espaço de debate de ideias entre socialistas e cidadãos independentes, acções, entre outras, como defendeu, que vinculam “a tradição de abertura do PS à sociedade e ao país”.

O que queremos, disse ainda, “é construir um projecto político moderno, próprio do nosso tempo, progressista, ambicioso e de centro-esquerda, focado num país desenvolvido e competitivo”, sem esquecer, como sublinhou, “a justiça social”, cenário que faz jus à história do PS e à sua tradição de respeito pelos direitos humanos, de solidariedade e de procura de justiça para todos.

## As antigas fundações do PS

Antes da intervenção do secretário-geral, falou António Vitorino, ex-comissário europeu e ministro socialista do Governo de António Guterres, agora indigitado para presidir à nova Fundação Res Publica.

Vitorino lembrou o “extraordinário legado patrimonial” deixado pelas extintas fundações do PS Antero de Quental e José Fontana que desenvolve-



# a construir um projecto competitivo para o país



ram, como sublinhou, o seu trabalho de forma muito difícil “nos primórdios da democracia portuguesa”, constituindo o seu legado um património de inestimável valor que a “Fundação Res Publica vai poder receber e beneficiar”.

Mas uma Fundação com as características da Res Publica, um verdadeiro “think tank” disse, existe há muito noutros países, produzindo trabalhos de enorme sucesso ao nível da investigação, nomeadamente em ciência política, apontando como exemplos um instituto existente nos Estados Unidos da América, ligado ao Partido Republicano, “donde resultou o movimento neoconservador” e outro no Reino Unido, a trabalhar no âmbito do Partido Trabalhista Britânico e responsável pela construção e implementação da “terceira via”, protagonizada pelo Governo do ex-primeiro-ministro inglês Tony Blair.

O principal objectivo a que esta nova Fundação se subordina, disse ainda António Victorino, é a “tarefa de formular ideias que mais tarde possam traduzir-se em novas políticas públicas” e assim ajudar o país a encontrar as melhores soluções para a sua gestão.

A Fundação Res Publica ou o novo “think tank” tem por objectivo produzir trabalhos de reflexão que, como mais à frente haveria de acentuar o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, pretendem ajudar a consolidar e a solidificar um pensamento de esquerda democrática em Portugal.

Em relação ao trabalho que o Instituto de Estudos Políticos (IEP) vai desenvolver

dentro da Fundação Res Publica, Santos Silva que será o seu responsável, anunciou que o núcleo de trabalho a que vai presidir, organizará já na Primavera do próximo ano uma conferência internacional dedicada aos desafios que se colocam à esquerda democrática, não só em Portugal, mas também na Europa e no mundo, recordando a este propósito que o IEP terá como temas prioritários de investigação as áreas sociais, emprego, educação, novas tecnologias, competitividade, energia, políticas ambientais, políticas ligadas à soberania nacional e o papel do Estado na regulação da economia.

Para além destas e de outras áreas a que se dedicará, como o sindicalismo, as políticas autárquicas, económicas e administrativas, a que naturalmente se devem acrescentar os estudos no âmbito das políticas públicas, temas que desde sempre interessaram aos socialistas, a Fundação Res Publica terá ainda a função, como garantiu o ministro dos Assuntos Parlamentares, de divulgar ideias, relacionar-se de perto com instituições universitárias e fóruns internacionais, atribuir a recém-licenciados bolsas de estudo para investigação em políticas públicas, promovendo paralelamente acções de formação para quadros com diferentes qualificações.

Augusto Santos Silva anunciou ainda que a par do trabalho que os três centos de estudo vão desenvolver no âmbito da Fundação Res Publica, o escritor e ensaísta Eduardo Lourenço permanecerá como director da revista “Finisterra”. R.S.A.

## OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da  
Estratégia de Lisboa e do Plano  
Tecnológico

## INTELIGÊNCIA E ENERGIA

VIVEMOS os últimos tempos entre a incerteza sobre a dinâmica do clima económico global e a certeza dum aquecimento climático que tem que ser combatido e travado com determinação. Estes dois factos não se ligam apenas por analogia. São o fulcro das respostas necessárias para a onda negativa gerada na Europa pela crise financeira internacional.

O Verão de 2008 será um Verão quente para a economia mundial e também para as economias europeias e nacional. Será também um período em que se começará a desenhar uma nova agenda global, conjugando novos desafios económicos e novos desafios políticos. A boa notícia é que Portugal tem duas grandes armas para enfrentar com sucesso esses desafios: a inteligência e a energia.

A aposta que tem sido feita pelas políticas públicas e pelos agentes privados

*Uma ambição que se traduzirá no novo ciclo da Estratégia de Lisboa em Portugal e na revisão ousada do Programa Nacional de Reformas, que deverá ser concluído e apresentado à Comissão Europeia até 15 de Outubro deste ano.*

no conhecimento, na tecnologia e na inovação permitiu revelar fortes dinâmicas de modernização em muitos sectores da nossa economia, com predomínio de dois domínios transversais determinantes – as tecnologias da informação e comunicação e as energias renováveis.

Estes dois vectores, em particular a sua combinação criativa e o seu impacto nos novos modelos de organização e de eficiência, constituem a base da competitividade para a nova economia emergente. Não temos por isso razões para baixar os braços. Pelo contrário, o filão da inteligência e da energia constituem alicerces fortes para uma renovada ambição.

Uma ambição que se traduzirá no novo ciclo da Estratégia de Lisboa em Portugal e na revisão ousada do Programa Nacional de Reformas, que deverá ser concluído e apresentado à Comissão Europeia até 15 de Outubro deste ano.

Um programa que tal como o seu antecessor (PNACE 2005/2008) constituirá um participado motor de mudança e de mobilização da sociedade portuguesa para a adaptação enérgica e inteligente às novas realidades da globalização em rede.



## PS CONSIDERA ADEQUADA ESCOLHA DE SECRETÁRIO-GERAL PARA A SEGURANÇA INTERNA

O JUIZ-CONSELHEIRO Mário Mendes foi nomeado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, para o novo cargo de secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, previsto na respectiva lei, uma escolha que foi bem recebida pelo Partido Socialista e posteriormente ratificada pelo Conselho Superior de Magistratura.

O porta-voz do PS, Vitalino Canas, classificou a indigitação de Mário Mendes como “adequada”.

“Parece-nos uma figura adequada a este cargo de coordenação das forças e serviços de segurança”, disse o dirigente socialista, advogando de seguida ser necessária uma maior coordenação entre as forças de segurança para tornar mais eficaz o combate a um determinado tipo de criminalidade mais violenta.

Refira-se que, no âmbito da Lei de Segurança Interna, o secretário-geral funcionará na dependência directa do primeiro-ministro e terá funções de coordenação das forças policiais e de segurança em situações como ataques a órgãos de soberania, hospitais, prisões e escolas, sistemas de abastecimento de água e electricidade, bem como estradas e transportes colectivos.

Segundo um comunicado do gabinete do primeiro-ministro, além das funções de magistrado no Supremo Tribunal de Justiça, Mário Mendes “possui um vasto currículo, tendo exercido as funções de director-geral da Polícia Judiciária, conselheiro técnico principal para a área da Justiça e Administração Interna junto da REPER, em Bruxelas, e director do Centro de Estudos Judiciários”. **M.R.**

## Governo respondeu prontamente aos crimes violentos

O PS respondeu às críticas dos partidos da oposição em relação aos diversos crimes violentos que aconteceram em Agosto no país, avisando que o combate a este fenómeno se faz sobretudo pela prevenção, sem descuidar acções de repressão e de uma investigação séria, e muito menos por uma mera e simples alteração de leis.

Segundo o líder parlamentar socialista, o PS, à partida, não rejeita a proposta dos partidos da oposição segundo a qual a “prioridade está na alteração da Lei de Política Criminal”, aprovada em 2007, sublinhando Aberto Martins, que para os socialistas a questão fundamental “é de prevenção, repressão e investigação criminal” e menos uma questão de leis.

Também o primeiro-ministro refutou as críticas da oposição, que o acusou de silêncio perante a insegurança que percorreu o país, afirmando que na altura “falou quem devia ter falado”, lembrando que o Executivo respondeu prontamente, nomeadamente através do ministro da Administração Interna, Rui Pereira, e de “vários secretários de Estado”, de forma eficaz à situação “agindo mais e falando menos”.

Para Sócrates, depois de admitir a sucessão de crimes violentos “criou um sentimento de insegurança”, e que estas questões assumem um carácter “absolutamente fundamental para qualquer Estado”, razão, disse, porque “constituirá sempre uma prioridade para o Governo”. O PS defendeu que o seu Executivo “fez o que tinha a fazer” combatendo os crimes e a violência mas também o sentimento de insegurança.

Sócrates lembrou designadamente que houve um reforço das acções policiais, elogiando a este propósito as forças de segurança “pela resposta que deram e pelo esforço que estão a fazer” acrescentando que o Governo decidiu também “executar rapidamente a nova lei da segurança interna”, passo fundamental, como de-



fendeu, “para uma melhor coordenação das forças policiais”, congratulando-se ainda pela nomeação que fez do novo

secretário-geral do Sistema de Segurança Interna e “pela já anunciada alteração da lei das armas”. **R.S.A.**

## Alterações ao estatuto autonómico dos Açores respeitam as competências do PR

AS ALTERAÇÕES agora introduzidas pela maioria parlamentar socialista ao diploma sobre o Estatuto Político-Administrativo dos Açores “respeitam o estipulado na Constituição no que concerne às competências do Presidente da República”, afirmou Ricardo Rodrigues, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, acrescentando que as alterações resultam ainda de “um trabalho conjunto e de um consenso entre o PS nacional e o PS/Açores”. O vice-presidente da bancada do PS salientou, nesse sentido, que as principais alterações ao estatuto autonómico “têm a ver com as competências da Assembleia Legislativa Regional e o posicionamento geral dos órgãos autonómicos”.

Por outro lado, o deputado socialista frisou ainda que nunca foi intenção do PS “retirar qualquer poder” ao Presidente da República com o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, aprovado por unanimidade na Assembleia da República e no parlamento regional. Posteriormente a essa aprovação, chamado a



pronunciar-se pelo Presidente da República, o Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais algumas das suas normas.

Segundo sublinhou Ricardo Rodrigues ao “Acção Socialista”, a iniciativa do PS em modificar o Estatuto Político-Administrativo dos Açores “surgiu na sequência da revisão constitucional de 2004 que alterou a parte relativa às regiões autónomas, no que respeita às competências, havendo, por isso, necessidade de adaptar o estatuto às novas normas constitucionais”.

Recorde-se que a 31 de Julho, numa declaração inédita e profundamente mediática, Cavaco Silva alvoraçou o país para a possibilidade de o novo Estatuto dos Açores colocar em causa a separação de poderes e as competências dos órgãos de soberania consagrados na Constituição.

O diploma voltará a ser reapreciado pelo plenário da Assembleia da República na reunião de 25 de Setembro. **J.C.C.B.**

# Oposição laranja sem alternativas hesita entre silêncio e bota-abaxismo

PORTUGAL não esperava mais. A intervenção de Manuela Ferreira Leite na *rentrée* política laranja “correspondeu inteiramente às baixas expectativas existentes” e constitui “uma confissão velada de que o PSD não tem alternativas às políticas do Governo do PS”.

Esta foi a reacção oficial do partido ao discurso que Manuela Ferreira Leite proferiu em Castelo de Vide e no qual não só demonstrou incapacidade para apresentar propostas alternativas às do Executivo socialista, mas também para fazer autocritica face ao seu passado enquanto ministra, segundo declarou o porta-voz socialista, Vitalino Canas.

“O PSD continua à espera de ouvir algumas ideias da sua líder, mas o país já nada espera da líder do PSD”, sublinhou Vitalino Canas, para quem nada de novo foi avançado com o discurso da presidente do principal partido da oposição.

“Se houve alguma surpresa foi o facto de Manuela Ferreira Leite não ter feito o mínimo esforço para apresentar uma alternativa ou uma simples medida para o país, mantendo uma linha de puro bota-abaxismo, que já vem do congresso que a elegeu como presidente do PSD”, vincou o dirigente socialista, apontando de seguida que a ex-ministra das Finanças



do Executivo de coligação de direita “continua sem ser capaz de assumir a responsabilidade por ter deixado o défice chegar aos 6,83% [em 2005] e de ter sido incapaz de fazer a reforma

da Administração Pública”.

Segundo Vitalino Canas, a actualização de Manuela Ferreira Leite indicia que, “se eventualmente voltasse a ter responsabilidades políticas no

país, não teria medidas ou sugestões diferentes daquelas que teve no passado”.

Também o dirigente socialista e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, criticou enfaticamente o “discurso bota-abaxo” de Ferreira Leite, sublinhando que este teve “graves erros, omissões e inverdades”.

Santos Silva lembrou ainda, em declarações à Imprensa, que a economia esteve em recessão em 2003, quando a actual líder do PSD era titular da pasta das Finanças.

Entretanto, o deputado socialista José Junqueiro disse ser incompreensível o “profundo silêncio” laranja, considerando que o partido de Manuela Ferreira Leite vive numa “claustrofobia ideológica e mental”.

Para o vice-presidente da bancada

do PS, há uma “teoria do PSD” para justificar a greve de braços caídos que mantém há meses e que se baseia num conceito unilateral de que, enquanto oposição, não precisa de apresentar alternativas, pois os eleitores devem votar por uma questão de fé.

Numa declaração política na Comissão Permanente da Assembleia da República, Junqueiro considerou que Ferreira Leite “tem medo de apresentar propostas, receia o juízo dos portugueses e esconde-se no silêncio”.

Nesse texto apontou ainda para a “grande instabilidade interna” que se verifica na oposição laranja, ao sublinhar que, nos últimos três anos o PSD teve “três presidentes e três atitudes diferentes para o mesmo país”.

Para José Junqueiro, o principal partido da oposição está a evidenciar, desta forma, “insegurança e zigue-zague ideológico, discursos sem esperança e sem ambição” que não interessam a Portugal.

“Temos, assim, a legitimidade política e a autoridade democrática para exigir, sobretudo ao PSD, ideias, propostas, a honra de compromissos assumidos e, acima de tudo, o fim da greve de braços caídos da líder do PSD, Manuela Ferreira Leite”, rematou o deputado socialista. **M.R./J.C.C.B.**

## LELLO ARRASA PORTAS, JERÓNIMO E LOUÇA

O DIRIGENTE do PS José Lello acusou o líder do CDS/PP, Paulo Portas, de atacar o Governo apenas para “minimizar os prejuízos” de ter escondido a demissão de Luís Nobres Guedes da vice-presidência dos seus pares e lembrou que nos governos do PSD/CDS, entre 2004 e 2006, havia mais criminalidade e que a economia e as finanças estavam em pior estado relativamente a 2008.

Em declarações ao “Acção Socialista”, José Lello disse ainda que a intervenção de Jerónimo de Sousa, na “rentrée” do PCP, na Atalaia, foi um “discurso de velha estação”, ou seja, “é mais do mesmo, o mesmo discurso que vem sendo proferido há dez ou vinte anos”. Considerou, por outro lado, que a retórica do líder do Bloco de Esquerda, Francisco Louça, em Almada, “é uma intervenção própria de um tele-evangelista, que sabe do que está a falar quando se refere a bota-abaxo, já que ele mesmo não fez mais do que isso ao longo da sua vida política”.

## PME vão ter nova linha de crédito de 400 milhões

TENDO em vista apostar em condições mais favoráveis às Pequenas e Médias Empresas (PME) foi criada uma nova linha de crédito. Projectos até um milhão de euros vão beneficiar de juros mais baixos. A nova linha de crédito bonificada terá 400 milhões de euros mas poderá chegar aos 500 se a procura for elevada.

Segundo o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, a nova linha de crédito “é uma forma muito eficaz de fazer chegar rapidamente (o dinheiro) às PME, cujos empréstimos terão um custo inferior à Euribor”.

Questionado sobre se esta medida era uma resposta ao discurso da líder do PSD, que defendeu uma redução da fiscalidade sobre as PME, Manuel Pinho foi peremptório: “Não. O discurso da líder da oposição é um conjunto de generalidades. Estas medidas estavam a ser preparadas há mais tempo e é a diferença entre medidas generalistas e medidas concretas”.

Depois de esgotada a anterior linha de crédito (PME Investe I), lançada a 8 de Julho, e que teve um montante de 750 milhões de euros, o Executivo de José Sócrates vai reeditar este mecanismo de apoio



financeiro, que passará a ter uma importância superior à das verbas comunitárias.

Desta feita, no entanto, o acesso à linha de crédito não é limitado às empresas que a procuram para investir, podendo ser utilizada também para resolver problemas de tesouraria, uma medida que mereceu o aplauso das confederações patronais.

“É preferível apoiar as PME através de linhas de crédito bonifi-

casas, caso o orçamento o permita, do que reduzir a fiscalidade”, afirmou o presidente da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa, Francisco van Zeller. Por seu turno, José António Barros, presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal, disse que “esta linha é um imperativo estratégico, já que a anterior privilegiava o investimento, esquecendo os enormes problemas de fundo de maneio com que as PME portuguesas se debatem”.

## AUTOMÓVEL ON-LINE EXISTE HÁ UM ANO

O PROJECTO Automóvel On-Line que permite obter registos relativos aos veículos através da Internet, no site [www.automovelonline.mj.pt](http://www.automovelonline.mj.pt), sem deslocações e com custos mais reduzidos completou um ano de funcionamento.

Desde a entrada em funcionamento do Automóvel On-Line já foram praticados 44.813 actos de registo de compra e venda de veículos através da Internet.

Antes de 4 de Setembro de 2007, a realização de um acto de registo automóvel implicava a deslocação à conservatória ou o envio do pedido em papel, por correio, mas desde essa data quem tenha intervindo num acto de transmissão ou de constituição de encargos sobre um veículo ou um reboque novo ou usado, passou a poder pedir o registo respectivo através da Internet,

sem deslocações e com uma redução de 50% sobre o valor do emolumento.

O requerente do registo pode autenticar-se através do certificado digital do Cartão de Cidadão ou dos certificados digitais dos advogados, solicitadores e notários. Os revendedores de veículos, stands, que sejam especialmente credenciados também podem, com utilização de certificados digitais, promover actos de registo automóvel através da Internet.

Há um ano o projecto Automóvel On-Line apenas permitia promover através da Internet o registo de transmissão de propriedade resultante de um contrato de compra e venda de um veículo. Um ano depois, é possível promover através da Internet cerca de dezena e meia de actos de registo.



# Mais 60 por cento de vagas no ensino profissional

O ENSINO profissional abriu este ano lectivo mais 18 mil vagas, um número que pretende aproximar Portugal da média europeia e que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 58,9% face ao ano anterior.

A ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, anunciou que em 2008/2009 as escolas profissionais, públicas e particulares com contrato de associação vão abrir 48.672 vagas no 10º ano para estes cursos, mais 18.036 do que no ano passado.

Com este aumento de vagas, o Ministério pretende que “metade dos alunos à entrada do secundário optem pelos cursos profissionais ou vocacionais”.

Segundo o Ministério da Educação, em Portugal, em 2005, “40% dos jovens entraram no mercado de trabalho sem o ensino secundário, quando na União Europeia (UE) a média é da ordem dos 80%, e apenas 30% dos jovens que frequentavam o ensino secundário estavam inscritos nas vias profissionais, o que compara com 70% na UE”.

Um dos objectivos do Governo é aproximar o país das médias da UE, reduzindo para 25% o número de jovens que entra no mercado de trabalho sem o ensino secundário e aumentando para 50% o número de alunos nas vias profissionais, através da conquista de alunos ao insucesso e ao aban-



dono escolares.

“É necessário criar nos jovens a ideia de que há oportunida-

des de formação muito além do prosseguimento de estudos que os qualificam para o mercado de

trabalho”, afirmou Maria de Lurdes Rodrigues, salientando que, apesar da escolha por cursos profissionais,

nada impede que estes alunos optem depois por prosseguir estudos no ensino superior.

## Novas Oportunidades contam com 450 mil inscritos

CERCA de 15% da população activa portuguesa que não concluiu o ensino secundário está inscrita na iniciativa Novas Oportunidades, afirmou o primeiro-ministro na inauguração do Centro Novas Oportunidades da Escola Básica de Beiriz, na Póvoa de Varzim. José Sócrates salientou que “estas pessoas devem ser elogiadas pela coragem que tiveram de assumir que não sabem o suficiente e precisam melhorar as suas competências”.

Segundo referiu o chefe do Governo, as Novas Oportunidades são “um dos programas mais importantes lançados nos últimos anos em Portugal e é decisivo para que o país vença a batalha da qualificação”, sublinhando que “o último número sobre qualificação da população activa portuguesa refere que apenas 30% tem mais do que o ensino secundário”, colocando o país entre os piores da OCDE.

“É esta diferença que é preciso esbater”, defendeu, frisando que, para isso, “não basta esperar

pela próxima geração, temos de gerar programas que respondam a essa necessidade e este, das No-

vas Oportunidades, foi pensado com esse objectivo, ou seja, dar uma nova oportunidade aos que

saíram cedo da escola e se arrependeram”.

Sócrates disse que os índices de

abandono escolar precoce também melhoraram, pois “passámos, nos últimos anos, dos 39% para os 36% e a tendência é para continuar a melhorar”. E recordou, a propósito, que “entre 1995 e 2005, o país gastou o dobro do dinheiro do que nos 10 anos anteriores, teve mais professores, menos alunos e os mesmos resultados em termos de abandono escolar”, acrescentando que, “actualmente, temos o mesmo dinheiro, menos professores, mais alunos e melhores resultados, o que significa que não devemos desistir, mas sim insistir nesta estratégia de investimento na educação”.

Os dados divulgados pela Agência Nacional para a Qualificação mostram que desde 2007 e até 31 de Agosto de 2008, se inscreveram nos Centros de Novas Oportunidades 447.774 adultos, dos quais 92.351 obtiveram certificados; sendo que dos que já obtiveram certificação, 4021 foram de nível secundário.

**NOVAS OPORTUNIDADES**  
APRENDER COMPENSA





# Aposta nas escolas gera os melhores resultados da educação da última década



O ESTADO vai fazer este ano “o maior investimento de sempre nas escolas” e instalar vídeovigilância, promover o cartão electrónico do aluno e equipar mais estabelecimentos de ensino com material informático. Ao todo, serão aplicados 400 milhões de euros para realizar o Plano Tecnológico da Educação.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, um dia antes do arranque do ano lectivo 2008/2009, perante membros do Conselho de Escolas, numa ocasião em que, em conjunto com a ministra da Educação, Maria de Lourdes Rodrigues, apresentou também, e com visível satisfação, os resultados escolares do ano lectivo transacto.

Para José Sócrates, a franca melhoria dos referidos resultados ficam a dever-se às boas políticas para o sector que o Governo do PS tem implementado.

E não hesitou em dar sinais claros de que esta tendência vai manter-se, até porque, no presente ano, “o investimento público mais significativo em Portugal foi na escola pública”, referiu.

O primeiro-ministro salientou também que o Governo pretende requalificar todos os estabelecimentos de ensino secundário, até 2015, para “fazer com que a escola portuguesa seja um local aprazível”.

Neste sentido, avançou, “estão neste momento a ser elaborados os projectos de requalificação de cerca de 70 escolas” e “este ano, à

semelhança do que vem acontecendo há três, as escolas vão ter mais alunos”.

Tudo isto, frisou José Sócrates, demonstra que o Governo socialista esteve sempre no bom caminho no combate ao insucesso escolar.

“Ao longo destes anos fizemos mudanças que nem sempre foram bem compreendidas, mas que hoje permitem que, aos olhos da opinião pública, os professores e a escola sejam mais bem vistos”, considerou.

Segundo os dados do Ministério da Educação revelados pelo primeiro-ministro, no ano lectivo 2007/08 a taxa de reprovações no ensino básico e secundário atingiu o valor mais baixo da última década, com a maior diminuição a registar-se no terceiro ciclo.

A melhoria de resultados verificou-se em todos os níveis de ensino, com os números da reten-

ção a descerem até aos 22,4% no secundário (menos 3,5 pontos percentuais do que no ano anterior) e a chegarem aos 8,3 por cento no básico (menos 2,5).

A maior queda registou-se no 9º ano, onde os chumbos caíram 7,5%, ficando-se pelos 14,3.

Esta evidente melhoria de resultados mostra, nas palavras de Sócrates, que “mais alunos têm um percurso escolar regular e que transitaram de ano”.

“É isso que se espera das escolas. É isso que se espera dos professores. Foi isso que as escolas e os professores fizeram nos últimos anos: trabalhar intensamente, de uma forma diligente, esforçada, para melhorar os resultados”, frisou depois a ministra da Educação, Maria de Lourdes Rodrigues, acrescentando de seguida que, “em resultado do aumento dos preços

dos manuais escolares que se verificou este ano, o ministério alargou muito a Acção Social Escolar”.

“Não há memória de um tão grande alargamento: serão mais do que 700 mil alunos que deverão beneficiar dos apoios para aquisição dos manuais e, portanto é uma despesa menos sentida, digamos assim, pelas famílias”, lembrou.

## Novidades no regresso às aulas

Entretanto, cerca de 1,5 milhões de alunos começaram as aulas no período previsto e compreendido entre os dias 10 e 15 do presente mês.

Para assinalar o arranque do ano lectivo 2008/2009, a ministra da Educação visitou uma escola de Miragaia, pouco depois de terem sido divulgados os dados ministeriais que indicavam que os alunos

portugueses estão a chumbar cada vez menos.

Preocupado com a transição dos alunos para o 5º ano, o Ministério da Educação decidiu que agora os do 2º ciclo vão passar a ter menos professores por turma.

Também novidade é a obrigatoriedade de todas as escolas oferecerem Inglês como Actividade de Enriquecimento Curricular aos alunos dos 1º e 2º anos do básico.

Além disso, 400 mil alunos carenciados vão ter refeições e livros gratuitos e cerca de 300 mil vão receber apoio de 50%.

Mas o abandono prematuro e o insucesso escolar vão ser combatidos, também, numa segunda frente: a criação do passe escolar, uma medida anunciada em Julho pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no debate do Estado da Nação.

O alargamento da Acção Social Escolar permitirá que 711 mil estudantes dos ensinos básico e secundário beneficiem de apoio, quase três vezes mais dos que beneficiavam até agora.

O passe escolar nos transportes, para crianças entre os quatro e os 18 anos, possibilitará uma redução de 50% do valor mensal da assinatura.

Outras novidades prendem-se ainda com a transferência de competências (gestão do pessoal não docente até ao 9º ano e do parque escolar nos 2º e 3º ciclos) para as autarquias e mais vagas também no ensino profissional. M.R.

## DIA DO DIPLOMA

PARA distinguir os melhores alunos de cada escola do ensino secundário, o Ministério da Educação criou o Prémio de Mérito, com valor pecuniário de 500 euros, atribuindo-o no Dia do Diploma, assinalado, por primeira vez, no passado dia 12 de Setembro.

Na ocasião, o primeiro-ministro afirmou que a intenção do Governo ao promover esta efeméride é premiar o mérito dos alunos, valorizar o “amor à escola” e aumentar a confiança dos professores.

José Sócrates falava na Escola Secundária José Gomes Ferreira, em Benfica, depois de entregar diplomas a alunos que concluíram o 12º ano, numa sessão em que os melhores estudantes dos cursos humanístico-científicos e da

área profissional tecnológica receberam um prémio no valor simbólico de 500 euros.

Depois, José Sócrates salientou a importância das famílias no acompanhamento da actividade escolar dos alunos e vincou a crescente exigência do mercado de trabalho.

“Com este Dia do Diploma queremos dar um sinal de que a conclusão do 12º ano de escolaridade é indispensável para se entrar no mercado de trabalho. Hoje é preciso saber-se muito para se entrar no mercado de trabalho”, realçou.

Esta iniciativa foi assinalada em diversas outras escolas, por todo o país, às quais se deslocaram 23 governantes, justamente para, assim, sublinharem a grande importância que o Governo atribui à valorização da escola pública, premiando a qualidade e o mérito dos seus alunos.

## OPINIÃO

MIGUEL FREITAS  
Presidente do PS/Algarve

*E uma coisa é certa. Portugal será um país cada vez mais forte, quanto melhor souber integrar os seus imigrantes*

## A FORÇA DA MULTICULTURALIDADE NUM PAÍS MAIS JUSTO

FOI um país emocionado que ouviu o hino nacional no “Ninho do Pássaro”, em Pequim, com a extraordinária vitória de Nelson Évora no triplo salto. Ver aquele estádio cheio, de pé foi de facto de arrepiar. Nelson Évora encheu o orgulho luso. Depois de Carlos Lopes, Rosa Mota, Fernanda Ribeiro, foi a vez de Nelson Évora. Que atletas fantásticos, símbolo da determinação, do querer e do conseguir.

Há momentos assim, momentos que nos encham de emoções. Mas este momento trouxe-me, também, algumas reflexões. Depois de Francis Obikwelo, nascido na Nigéria, ter ganho uma medalha de prata em Atenas, Nelson Évora é o segundo atleta naturalizado português medalhado, agora em ouro, para Portugal em Jogos Olímpicos. Eu próprio andava distraído. Só agora, durante os jogos, e nos comentários a seguir à vitória de Nelson Évora, soube que este nascera na Costa de Marfim e muito novo viera para Portugal onde se naturalizara português. E o meu orgulho aumentou quando ouvi o hino nacional, a bandeira a subir o mastro e vi o sorriso magnífico, aberto e franco de Nelson Évora.

Porque as vitórias de Obikwelo e de Nelson Évora ilustram um Portugal novo, um país com os olhos postos no futuro. Porque esta é uma nova realidade. A realidade de um país que cada vez mais será chamado a acolher aqueles que nos procuram e aqui querem viver. E que vêm de todas as partes do mundo. E uma coisa é certa. Portugal será um país cada vez mais forte, quanto melhor souber integrar os seus imigrantes.

Durante esta legislatura, o Parlamento aprovou com largo consenso uma nova lei da nacionalidade. É sem dúvida uma das leis mais importantes aprovadas nos últimos anos, porque corrige uma série de injustiças, passando a existir menos obstáculos ao acesso à nacionalidade para a segunda e terceira geração, quer relativamente aos imigrantes, quer para os filhos dos emigrantes portugueses. É uma lei que, acima de tudo, reconhece a importância das comunidades imigrantes no desenvolvimento do país. Como referiu José Sócrates, esta nova lei “está à altura dos tempos”. O Partido Socialista, que propôs a lei, deu o seu contributo para um país mais moderno, mais aberto e mais cosmopolita.

Reconhecer direitos e deveres dos imigrantes em Portugal, melhorando as condições de acesso à nacionalidade àqueles que obedecem a um conjunto de regras, com a prudência necessária, mas sem uma visão selectiva, eis um bom princípio para o que é preciso continuar a fazer para uma boa integração das comunidades imigrantes em Portugal.

E todos somos responsáveis. Nas nossas escolas, nos contratos de trabalho nas empresas, nas políticas sociais, muito particularmente no acesso à habitação social, onde se verificam decisões “medonhas” de criação de guetos (sendo as condições de habitabilidade a menor das condições para uma plena integração), para onde são movimentadas centenas de famílias, sem critério e sem um modelo de acompanhamento adequado. É preciso fazer mais e, acima de tudo, pensar nas pessoas.

No Algarve, essa nossa obrigação é cada vez maior. A região cresce principalmente porque atrai. E atrai muitos imigrantes. Já são hoje mais de 80 mil os que vivem connosco. Já são 20% as crianças de mães estrangeiras que nascem nos nossos hospitais. A nossa responsabilidade é saber recebê-los e com eles conviver e partilhar o que somos e o que temos, respeitando e dando a respeitar as nossas diferenças. Porque a força desta região é a força da diferença. A multiculturalidade que nos une e enriquece.

Obrigado Nelson Évora por nos mostrares que a força de campeão é a força da diferença.

## Aumento do abono de família abrange um milhão de pessoas

A MAJORAÇÃO do abono de família para agregados carenciados abrange um milhão de beneficiários e tem um custo mensal de 10 milhões de euros, ou seja, 120 milhões num ano, afirmou o ministro do Trabalho e Solidariedade Social, Vieira da Silva, numa audição conjunta das comissões parlamentares de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública e de Ética, Sociedade e Cultura.

No final da reunião, no dia 9, o ministro disse aos jornalistas que esta medida, recentemente implementada pelo Governo e destinada a famílias com rendimentos do 1º e 2º escalões, tem efeitos para o segundo semestre deste ano, implicando, por isso, “uma despesa de 60 milhões de euros em 2008”.

Na intervenção perante os deputados das comissões, Vieira da Silva passou em revista as acções a decorrer em várias áreas da responsabilidade do seu Ministério, salientando que o sistema de Segurança Social tem tido uma evolução próxima das “perspectivas definidas no Orçamento de Estado para 2008”.

Assim, referiu, “nas contribuições, os valores acumulados estão acima do orçamentado ao crescerem 6,4 por cento em termos nominais”, enquanto a despesa “segue em linha com o orçamentado”, uma situação que irá permitir “alcançar os nove mil milhões de euros”, no âmbito do Fundo de Estabilização Financeira, em 2008.

A despesa destinada a reforçar a coesão social foi aumentada, passando de 9,1% para 10,3% da despesa total, frisou o ministro.

O rendimento social de inserção “teve um ligeiro acréscimo num quadro de estabilidade de beneficiários

nos últimos anos” em cerca de 344 mil e, destes, 144 mil têm menos de 25 anos.

Entre as prestações sociais, explicou Vieira da Silva, “o abono de família pré-natal já apresenta um valor acumulado de 105 mil beneficiários”, a majoração do abono para famílias com mais filhos tem 80 mil beneficiários e o apoio a famílias monoparentais atingiu 180.

Já no subsídio social de maternidade, referiu o ministro, “670 pedidos já foram despachados” e no complemento solidário para idosos registou-se “um crescimento muito relevante”, com 60 mil beneficiários e 120 mil requerimentos aprovados.

Foram também aprovadas 618 candidaturas no âmbito do projecto de alargamento da rede de equipamentos sociais, tendo Vieira da Silva

apontado as 1049 valências contratualizadas com várias instituições.

Às questões acerca do rendimento social de inserção, levantadas pela direita, em particular o CDS/PP, Vieira da Silva respondeu que tem sido feito um esforço de fiscalização, tendo as 17 mil acções realizadas em 2004 crescido para 25,7 mil actualmente.

Este ano, já foram dois mil os casos detectados em que as regras não eram cumpridas, frisou o ministro, acrescentando que os contratos de inserção já ultrapassam 60% para que os beneficiários cumpram normas em várias áreas como a saúde ou a educação dos filhos.

Também na atribuição de subsídio de desemprego, no primeiro semestre foram três mil as situações de suspensão de pagamento, disse ainda o ministro.



## Alberto Costa defende as reformas feitas nas leis penais

A REFORMA penal “veio moderar a taxa de encarceramento em Portugal” e fez com que actualmente entrem nas cadeias mais presos condenados do que preventivos, “como há muito não acontecia”, afirmou o ministro da Justiça, Alberto Costa, no dia 15, na sessão de abertura do 27º Curso de Formação de Magistrados no Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa.

Este resultado, sublinhou, “foi atingido sem que o novo regime de prisão preventiva introduzisse qualquer modificação em relação à criminalidade violenta, em relação à qual se manteve, por inteiro, o quadro anterior”.

Relativamente a esta questão, que tem sido associada com a criminalidade violenta, o ministro referiu que “só na primeira

quinzena deste mês” os juízes portugueses “decretaram prisão preventiva de 62 arguidos” que deram entrada nas cadeias.

Alberto Costa salientou ainda que a reforma processual penal e a reforma penal, que cumprem o seu primeiro ano de vigência, tornou ainda possível que “surgissem mais sentenças, condenando o trabalho a favor da comunidade e, pela primeira vez, condenando à permanência na habitação sob vigilância electrónica”.

Num balanço sobre estas alterações e os seus objectivos de “espectro largo”, o ministro da Justiça destacou ainda que a reforma “permitiu já levar pessoas à prisão por violência doméstica”.

Relativamente ao facto de a reforma ter moderado a taxa de encarceramento em Portugal, o

ministro explicou que esta taxa, mesmo após a reforma, permanece superior à da França, Alemanha, Bélgica, Irlanda, Noruega, Suécia, Suíça, Itália e vários outros países europeus.

E sublinhou que o novo Código do Processo Penal (CPP) “é certamente aperfeiçoável, mas baseado em opções de que o Estado democrático de Direito e os seus defensores não podem envergonhar-se”.

Na sua intervenção, falou ainda do mapa judiciário, da tramitação electrónica dos processos nas secretarias judiciais e da recente reforma do regime de selecção e formação dos futuros juízes e magistrados do Ministério Público, em que há uma aposta na prevenção contínua, com estágios fora dos tribunais.

# Concelhias de Odivelas e Vila Franca de Xira organizaram Universidade de Verão



**As Comissões Políticas Concelhias de Odivelas e de Vila Franca de Xira organizaram com o apoio da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) uma Universidade de Verão que decorreu, respectivamente, nos dias 6 de Setembro, em Odivelas, nas instalações da Escola Profissional agrícola D.Dinis, e no dia 13, em Vila Franca de Xira, no Palácio Municipal da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria.**

PARA o deputado e coordenador nacional autárquico, Miranda Calha, um dos intervenientes nesta Universidade de Verão, esta iniciativa trouxe à superfície a grande disponibilidade dos militantes e simpatizantes socialistas para abordarem e discutirem questões que sendo de hoje, como referiu, “abarcam muitos dos problemas e das políticas de futuro”.

Como sublinha o dirigente do PS, hoje os problemas que mais afligem as populações não passam tanto pela resolução das áreas ligadas às questões das infraestruturas, “algo que absorvia a atenção e os dinheiros públicos até há pouco tempo”, mas antes, como nos referiu, por problemas “ligados às questões de carácter social”, como a defesa do ambiente, a política de educação ou os problemas ligados ao urbanismo ou à defesa da qualidade de vida urbana”.

Miranda Calha não deixa, contudo, de referir que são as questões económicas, aquelas que neste momento mais mobilizam a população, razão porque esta Univer-

sidade de Verão lhe deu particular atenção.

Segundo os responsáveis, esta iniciativa proporcionou momentos de reflexão e de importante actualização política aos muitos participantes que acorreram aos trabalhos, dando-lhes novas abordagens sobre os vários desafios que hoje se colocam à política, em termos nacionais e internacionais, com especial destaque para as grandes opções ao nível estratégico para as diversas regiões do país, ou ainda na perspectiva mais alargada da construção europeia.

O contacto que os participantes puderam ter com destacadas figuras da vida política e académica, que com a sua presença quiseram valorizar esta Universidade de Verão, constitui um importante estímulo para se terem debatido temas da maior actualidade, incentivando e mobilizando assim a uma maior participação da plateia e com isso preparar os militantes socialistas para os desafios políticos e cívicos que se avizinham.

Outros dos objectivos da ini-

ciativa passaram por estimular o contacto e os laços de amizade entre os militantes dos dois concelhos, mas também de uma maior aproximação à FAUL, bem como a potencialização de uma maior abertura do partido à população com o objectivo de reforçar e alargar a base de apoio do PS.

No dia 6 de Setembro, os trabalhos decorreram na escola da Paia, na Pontinha, e entre os muitos oradores, destaque para as intervenções dos presidentes das comissões políticas de Odivelas e Vilas Franca de Xira, respectivamente Susana Amador e Fernando Paulo, e ainda de Joaquim Raposo, presidente da FAUL, Miranda Calha, coordenador nacional autárquico do PS, da historiadora Máxima Vaz, que abordou o tema “Odivelas na História”, Luís Farinha, investigador, que falou de Odivelas “como

marco histórico na revolução de Abril” tendo os trabalhos sido moderados pelo antropólogo Miguel Ferreira.

A parte da tarde foi preenchida com uma deslocação ao núcleo museológico do posto de comando do MFA, a que se seguiu um debate bastante participado sobre o “Tratado de Lisboa e o futuro da Europa”, debate que contou com a participação da eurodeputada e presidente da delegação portuguesa no Parlamento Europeu, Edite Estrela.

A Universidade de Verão prosseguiu no dia 13 de Setembro, no concelho ribatejano de Vila Franca de Xira, tendo os trabalhos sido iniciados com uma intervenção do presidente da Comissão Política Concelhia.

Seguiram-se as intervenções de Diogo Abreu, que falou sobre

coesão territorial, Leonel Fadigas, da faculdade de arquitectura de Lisboa, cuja intervenção abordou a vitalidade, sustentabilidade e equidade do urbanismo, e ainda de João Pato, investigador do Instituto de Ciências Sociais da universidade de Lisboa, que se referiu às actuais políticas públicas, nomeadamente no que respeita às políticas ambientais e de emprego, mas também em relação aos problemas ligados à Ciência e as políticas de cidadania.

Na parte da tarde debateram-se diversos temas, nomeadamente “Porque é que os jovens se afastam da política”, área que ficou a cargo de Duarte Cordeiro, secretário-geral da JS, e questões como “Partidos, as políticas e os cidadãos”, a cargo de Maria Amélia Antunes, presidente da Câmara Municipal do Montijo, “A Europa e as Políticas de Desenvolvimento Regional”, tema desenvolvido por Jamila Madeira, eurodeputada socialista e “Políticas de Coesão Social”, trabalho apresentado por Teresa Alves, mestre em políticas europeias da Universidade e Lisboa.

No encerramento desta Universidade de Verão usaram da palavra Maria da Luz Rosinha, dirigente nacional do PS e presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Susana Amador, presidente da Comissão Política Concelhia de Odivelas e Joaquim Raposo, presidente da FAUL e da Câmara Municipal da Amadora. **R.S.A.**



# Sócrates reafirma aposta na educação como motor de crescimento económico e

## FÓRUM NOVAS FRONTEIRAS

**Não haverá crescimento efectivo da nossa economia nem verdadeira justiça social, no contexto da actual sociedade do conhecimento, sem um bom sistema de ensino que garanta educação de qualidade para todos. Esta foi a ideia sublinhada pelo primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, na abertura da mais recente edição do fórum das “Novas Fronteiras”, que decorreu no sábado 13 de Setembro, centrada nas políticas educativas e nas principais mudanças em curso para a valorização da escola pública.**

MARY RODRIGUES

COM o auditório I da FIL do Parque das Nações completamente lotado, José Sócrates afirmou que, ao completar-se o terceiro ano deste “movimento político sério” que são as “Novas Fronteiras”, é possível dizer-se sem hesitação que o Governo socialista criou “uma base social de apoio para um projecto político de centro-esquerda que não encontra concorrente nem alternativa” e que é fundado na mais absoluta convicção de que a educação é uma questão estratégica e central para o desenvolvimento de Portugal.

Recordando que em 2005 “apenas 30% da população activa nacional tinha o secundário completo”, Sócrates lamentou a situação de “urgência educativa” que se vivia então no nosso país e que, após as reformas corajosas e firmes levadas a efeito pelo Ministério da Educação, sob a liderança de Maria de Lourdes Rodrigues, se encontra claramente superada.

Depois de criticar contundentemente aqueles que “só aparecem na televisão para falar mal do que vai sendo feito”, manifestou satisfação perante o que tem sido conseguido no âmbito da reforma da educação.

“Fizemos aquilo que devíamos, a pensar nas nossas crianças e no futuro”, frisou José Sócrates, para, numa alusão aos recentes resultados da educação a nível nacional, fazer constar que “hoje a escola pública está muito melhor do que há três anos atrás”.

Salientando de seguida que esta melhoria ficou a dever-se à actualização de um “Governo honesto” que agiu determinado na implementação de uma reforma educativa que serve verdadeiramente o interesse

geral, o primeiro-ministro lembrou também que muitas das mudanças introduzidas foram alvo de incompreensão e de críticas destrutivas.

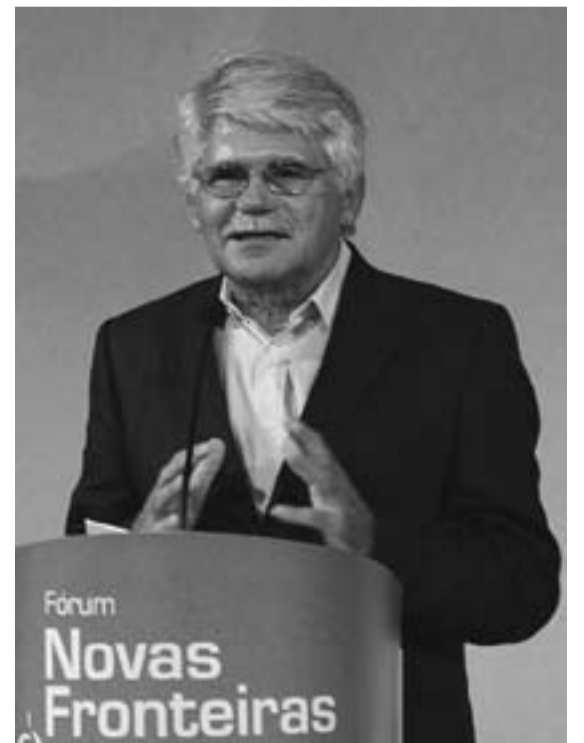
E, aos que ainda pretendem desvirtuar os resultados alcançados, alegando ter havido “facilitismo” nos exames, José Sócrates avisou que este discurso negativista contrasta com um processo de melhoria sustentada que se vem verificando na educação nos últimos três anos e com os bons resultados alcançados em todos os níveis do ensino.

Após um breve percurso pelas principais mudanças já implementadas e testadas no âmbito da reforma educativa, Sócrates centrou-se nas novidades anunciadas para este ano lectivo, e que passam pelo alargamento da Acção Social Escolar, a transferência de competências para as autarquias e o arranque do Plano Tecnológico para a Educação, frisando que o Estado fará o maior investimento de sempre no sector com a anunciada afectação de 400 milhões de euros.

“A educação é decisiva para o futuro do país e é por ela, por melhorá-la, que um Governo progressista deve lutar, em nome de uma escola pública de qualidade e do compromisso assumido com os portugueses”, concluiu.

### Reforma do ensino tem marca de esquerda republicana

Seguiram-se depois 11 intervenções de vários docentes, um jovem estudante e um representante empresarial da área das novas tecnologias, os quais analisaram as dez mudanças mais emblemáticas da reforma da educação em curso, tendo como objectivo a valorização da escola pública, a melhoria do



# cação como e justiça social



sistema de ensino e da qualificação dos nossos recursos humanos.

A ocupação plena dos tempos escolares, o enriquecimento curricular com actividades desportivas, com o ensino do inglês e da música, as especificidades e exigências do ensino especial, a reorganização da rede escolar em centros, as mudanças do Estatuto da Carreira Docente, a colocação dos professores por três anos, o novo paradigma da gestão escolar, o Plano Tecnológico da Educação, a requalificação do espaço físico das escolas secundárias e a diversificação das ofertas formativas no ensino profissionalizante estiveram em análise, e os oradores saudaram unanimemente todas as medidas, atribuindo-lhes notas altamente positivas.

A encerrar a sessão, pelo Conselho Coordenador das "Novas Fronteiras", falou Vital Moreira,

que centrou a sua intervenção nas marcas e nos valores de esquerda republicana patentes no processo de reforma na educação que classificou como "revolução" e que são um justo motivo de orgulho para o Governo do PS.

"Haverá um antes e um depois destas alterações introduzidas no nosso sistema de ensino pelo Governo do Partido Socialista e isso só não o vê quem não quer", disse o constitucionalista, para que a reforma da educação em curso "constitui um notável e indiscutível progresso", uma vez que devolve a centralidade à escola pública, e a esta o seu papel de serviço público universal e estruturante da sociedade.

"Trata-se de uma reforma assente numa filosofia, em marcas e em valores de esquerda republicana", concluiu.



**DAVID ERLICH**  
Estudante do Ensino Superior em Ciência Política

"As aulas de substituição são um direito dos alunos, que precisam de otimizar a sua ocupação educativa"



**LUCÍLIA SALGADO**  
Professora do Ensino Superior, ESE Coimbra

"A implementação da escola a tempo inteiro foi muito importante para o enriquecimento cultural das escolas, dos alunos, das famílias e das próprias comunidades"



**JERÓNIMO SOUSA**  
Director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

"Ao exercício de uma cidadania plena é inerente a inclusão da diferença e da diversidade. A inclusão é central para a democracia, para o ideal republicano de uma escola para todos, para o desenvolvimento económico do país e para a justiça social"



**ARMANDINA SOARES**  
Professora do Ensino Secundário

"A estabilidade no corpo docente trouxe também a desejável estabilidade na escola, no seio dos alunos, no acompanhamento partilhados destes por docentes e encarregados de educação e estabilidade na aprendizagem"



**RUI SOLHEIRO**  
Presidente da Câmara de Melgaço

"É preciso ter a coragem de lembrar que novas competências para as autarquias é aquilo que tem sido reivindicado, em favor da descentralização, desde a instituição, há mais de 30 anos, do poder local"



**TEODOLINDA SILVEIRA**  
Professora do Ensino Secundário

"É preciso criar um quadro legal que permita aos estabelecimentos de ensino gerir mais eficientemente as soluções achadas para os seus problemas específicos, no exercício responsável da autonomia da gestão escolar"



**DOMINGOS FERNANDES**  
Professor do Ensino Superior, Universidade de Lisboa

"Precisamos de escolas e de professores que não encarem a avaliação de desempenho e de resultados como ameaças e precisamos também de escolas. Precisamos de professores que saibam aproveitar esse processo para reflectir sobre práticas pedagógicas, métodos, instrumentos para, quiçá, reformulá-los"



**CARLOS BRAZÃO**  
Director-geral da CISCO em Portugal

"A articulação entre educação e novas tecnologias é mais crucial do que parece porque promover o desenvolvimento de 'skills' será vital para corresponder às exigências do novo paradigma de produtividade e competitividade"



**BARATA FERNANDES**  
Professor do Ensino Superior, Universidade do Porto

"A modernização e requalificação do espaço físico das escolas secundárias portuguesas dará um contributo positivo e determinante para a modernização e desenvolvimento das nossas cidades e do nosso património arquitectónico"



**AUGUSTO GUEDES**  
Presidente da Direcção da COOPTÉCNICA - Escola Gustavo Eiffel

"O país precisa de políticos visionários, porque todo sistema de ensino deve contribuir para habilitar os seus alunos para o exercício de uma profissão, inclusivamente daquelas que ainda não existem"



**LINHARES DE CASTRO**  
Professor do Ensino Secundário

"São precisas lideranças pedagógicas fortes. Não podemos fazer depender importantes medidas dos vaivéns das decisões fruto de responsabilidades repartidas e partilhadas, sob pena de perdermos a oportunidade de decidir em tempo útil"

## OPINIÃO

GLÓRIA ARAÚJO  
Deputada do PS

*No fundo, a raiz da questão é o próprio saco. O ideal, para o BE, é o algodão e a juta, o que nos deixa na dúvida quanto à sua tolerância às cestas de vime*

## O RADICALISMO, O ATAVISMO E OS SACOS DE PLÁSTICO

O MEU colega deputado José Moura Soeiro, pertencente à plataforma que gira à velocidade de uma rotação em cada seis meses do Grupo Parlamentar do BE, bem se esforçava por nos convencer, a propósito da discussão de temas ambientais, que o seu radicalismo era motivado por uma vontade de ir à raiz das questões, e portanto resolver os problemas no seu âmago, sendo essa, necessariamente, a forma perfeita de o fazer.

A propósito dos sacos de plástico e da necessidade de se tomarem medidas para reduzir a sua utilização, tem interesse reflectir sobre a posição do BE sobre o assunto.

Os sacos de plástico distribuídos gratuitamente pelos supermercados, após a sua utilização para o acondicionamento das compras, são geralmente utilizados para diversos fins, geralmente como sacos de lixo doméstico. Isto impede que os sacos entrem na rede existente de reciclagem dos plásticos, anulando o facto de serem feitos de um termoplástico, o polietileno, e portanto 100% recicláveis. Também os aditivos ao plástico, que lhe fazem merecer a estampa de “degradável” nos ditos sacos, não resolvem o problema, pois aceleram o processo de degradação do plástico, mas não evitam uma contaminação persistente do meio ambiente.

Este é um problema sério, de proporções assustadoras a nível global, e que urge resolver, nisso estamos todos de acordo.

Mas detenhamo-nos, antes, nas posições políticas das diferentes bancadas.

O CDS propõe que tudo fique exactamente como está.

O PSD pretende metas de redução faseadas, para permitir que o mercado funcione e que as grandes superfícies voluntariamente se adaptem ao longo de um espaço de tempo generoso, abandonando definitivamente o seu projecto de resolução de Maio do ano passado, que recomendava ao Governo que legislasse para que fosse cobrada uma taxa por cada saco de plástico, como forma de desincentivar o consumidor da sua utilização.

O PEV pretende, até 2013, proibir todos os sacos de compras que não sejam totalmente biodegradáveis, discordando também que se aplique uma taxa, por considerar que só penaliza o último elo da cadeia, o consumidor.

O BE propõe que sobre os sacos de plástico convencional incida uma taxa, a ser paga pelo consumidor, caminhando para a proibição total. Mas também: que se equipare os sacos de papel aos sacos de plástico, aplicando a mesma taxa e com vista à sua proibição total, não interessando para nada que sejam biodegradáveis, ou que possam ser produzidos a partir de resíduos florestais. E que se aplique também uma taxa aos restantes sacos biodegradáveis, como os bioplásticos geralmente feitos de amido, porque são feitos de milho e batata, e essas são culturas de agricultura intensiva. Mais uma vez, não importa que haja já em Portugal uma Plataforma de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Polímeros de Fontes Renováveis, e que uma das linhas da sua orientação seja precisamente o uso de resíduos da agricultura e de indústrias, nomeadamente agroalimentares, no caso do amido, para a promoção de novos bioplásticos.

Quando o próprio PEV, que não é conhecido pela racionalidade económica das suas opções, propõe o investimento nos bioplásticos e acolhe os biodegradáveis sem reservas, o BE entende que é o momento para meter tudo no mesmo saco, literalmente, sem excepções. No fundo, a raiz da questão é o próprio saco. O ideal, para o BE, é o algodão e a juta, o que nos deixa na dúvida quanto à sua tolerância às cestas de vime.

Talvez o BE não pretenda promover os sacos de pano barato feitos na China ou na Índia, tingidos sem grandes preocupações ambientais. De qualquer forma, é de esperar que se gaste bastante água e detergente para lavar os sacos, que transportarão alimentos e portanto requerem a necessária higiene.

E a pergunta lógica e fundamental: o que é que as pessoas vão passar a utilizar como sacos do lixo? Provavelmente, os sacos de polietileno, em rolos e com atilho, que esses mesmos hipermercados vendem a preços elevados como sacos para lixo doméstico.

Serve para demonstrar que aquilo a que José M. Soeiro chama radicalismo, é um claro exercício de atavismo. Uma forma primitiva de acção política, ignorando todas as variáveis do problema. A solução é radical, quer faça chuva, quer faça sol, quer seja exequível ou caótica, com a beleza da simplicidade.

Claro está que nada disto pode resultar em algo genial, e é frequente redundar em propostas mirabolantes.

Por isso, os nossos colegas do BE não podem ficar aborrecidos quando os seus projectos de leis nos fazem sorrir.

## PS mantém paradigma da lei do divórcio

O PARTIDO Socialista vai manter quase integralmente o conteúdo do seu projecto de lei sobre o divórcio, um diploma que foi alvo recente de interpretações indevidas e de veto político por parte da Presidência da República.

A decisão, tomada em recente reunião da direcção da bancada do PS, foi dada a conhecer por Alberto Martins, líder do Grupo Parlamentar, que não escondeu as divergências com o Chefe de Estado nesta matéria, e garantiu que em Portugal acabará a violação culposa dos deveres conjugais como motivo de dissolução do matrimónio.

“Mantemos o paradigma de que a dissolução do casamento é independente da culpa”, vincou Alberto Martins, adiantando, em alusão aos motivos invocados pelo Presidente da República para vetar o diploma, que os socialistas estão apenas dispostos a fazer “uma aclaração de um preceito relativo aos créditos de compensação em caso de divórcio”, sem alterar o sentido que lhe pretendia dar desde o começo e que fora alvo de interpretação “abusiva” por parte de analistas, juristas e politólogos, que entenderam haver risco de se chegar a uma contabilização de tostões na vida familiar.



Trata-se apenas – considerou o líder parlamentar – de clarificar uma norma que teve interpretações indevidas, mantendo, porém, o modelo que se defende.

Assim, “nos casos em que a mulher ou o homem abandonem a sua vida profissional para cuidar dos filhos e, com isso, façam uma contribuição significativa para a vida em comum, se houver dissolução do casamento, quem fez essa opção terá direito a uma compensação”, precisou o líder da bancada socialista, sublinhando de seguida que “todos os restantes

artigos do diploma, cerca de 50, o PS vai mantê-los”, essencialmente porque o diploma “é equitativo e justo”.

Alberto Martins frisou ainda que os socialistas respeitam a posição do Presidente da República, sem deixar de apontar que estamos perante uma divergência de análise sobre o papel da família e do casamento na sociedade portuguesa.

De referir que o projecto de lei do Divórcio voltará a ser reapreciado na reunião plenária da Assembleia da República agendada para 17 de Setembro. **M.R.**

## Costa convida Roseta para elaborar Programa Local de Habitação

ANTÓNIO Costa, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, convidou a vereadora Helena Roseta a colaborar directamente com o Executivo camarário pedindo-lhe que se responsabilize pela elaboração do Programa Local de Habitação.

Segundo o presidente socialista da edilidade lisboeta, o convite feito à cabeça-de-lista do movimento Cidadãos por Lisboa, tem por objectivo potencializar sinergias e mecanismos dentro da autarquia de modo a que se criem novas políticas que contribuam para a recuperação de habitantes para a cidade, dando, paralelamente, como afirmou, “melhores condições habitacionais a quem já cá vive”.

Neste sentido, justificou António Costa, o convite dirigido à arquitecta Helena Roseta para assumir a tarefa de elaborar este programa, mais não visa do que, como sublinhou, dotar a cidade, até ao final do mandato, de políticas mais adequadas às necessidades dos seus habitantes e de “quem deseje passar a cá viver”, tornando-a deste modo, numa cidade, não só mais atractiva, mas sobretudo mais funcional.



Quem se regozijou já com esta iniciativa foi o deputado e vice-presidente da Assembleia da República, Manuel Alegre, que saudou o acordo estabelecido entre o PS e o movimento Cidadãos por Lisboa, afirmando que ele “pode abrir novas formas de cooperação e entendimento à esquerda”.

Para Alegre, trata-se “de um facto novo e politicamente relevante” que em sua opinião poderá “dar um contributo importante ao governo da cidade”.

Pelo seu lado, a vereadora Helena Roseta referindo-se a este acordo, afirmou que ele “em

nada altera a independência do movimento Cidadãos por Lisboa”, face à política camarária da maioria PS/BE, afirmando que na sua perspectiva “trata-se apenas de um simples acordo de cooperação”.

Recordando que este acordo estava a ser discutido e negociado com o PS e com o BE desde o passado mês de Maio, Roseta afirmou que ele consagra a salvaguarda a autonomia política dos dois lados”, tendo a este propósito o autarca socialista manifestado disponibilidade para futuros acordos semelhantes com o PCP. **R.S.A.**

# PS/Açores vai continuar na linha da frente da defesa da autonomia

CARLOS César reiterou que o PS/Açores vai “continuar na linha da frente” da defesa da autonomia regional, sublinhando que se está num momento em que é “preciso mais força do que nunca”.

Falando no dia 7, em Ponta Delgada, numa festa socialista que juntou vários milhares de pessoas, lembrou que o PS/Açores “tem sido o campeão” na criação de emprego, “ao contrário do que se passava nos tempos do PSD”.

Carlos César, que chefia o Governo Regional desde 1996, garantiu que não promete “o que é impossível”, salientando que o PS/Açores tem “um sentido de responsabilidade diferente dos pequenos partidos”, já que, frisou, “somos um projecto de unidade e não uma manta de retalhos, em que as pessoas se atacam umas às outras como acontece no PSD dos Açores”.

E questionou ainda o que “seria de um Governo dos Açores se eles fossem para o Governo lutar uns contra os outros, esquecendo os problemas dos açorianos”.

Considerando ser “altura de prestar contas aos açorianos”, o



líder do PS/Açores salientou que os socialistas estão “orgulhosos” do trabalho feito, mas “ansiosos por continuar a cumprir”.

“A nossa economia cresce mais do que a média nacional e europeia”, sublinhou Carlos César, que manifestou o seu “orgulho” pelo Governo Regional ter resolvido “mais de 15 mil casos

de falta de habitação de famílias” do arquipélago.

Na sua intervenção, o chefe do Governo Regional comprometeu-se, também, a continuar a “apostar” na agricultura, referindo que o sector deve ter maior capacidade de resistência e de resposta aos efeitos das crises exteriores. “Graças à nossa polí-

tica de apoio aos agricultores, a nossa agricultura é a que melhor resiste no país à crise internacional”, disse.

Recorde-se que as eleições nos Açores, agendadas para 19 de Outubro, vão escolher os 57 novos deputados regionais, eleitos pelos nove círculos de ilha e pelo novo regional de compensação.

## PS de Arganil diz estar mais forte para chegar à vitória

O PARTIDO Socialista de Arganil realizou na última semana de Agosto um importante encontro de militantes e simpatizantes, que contou com um número significativo de presenças, mais de duas centenas, facto que comprova, por um lado, a enorme capacidade de mobilização e de organização dos socialistas deste concelho, e, por outro, a significativa vitalidade do PS na região.

Com a tónica das intervenções a aconselharem a uma maior aproximação e união entre todos os socialistas e a um mais acentuado reforço e empenho dos militantes e simpatizantes do partido na vitória em futuros actos eleitorais, este encontro contou com a presença do presidente da Federação de Coimbra, Vítor Batista, do deputado Horácio Antunes e de representantes das concelhias de Góis, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova, Soure e Coimbra, num sinal que foi interpretado por todos como sendo de solidariedade e de reconhecimento pelo trabalho que tem vindo a ser realizado pelos dirigentes e militantes do PS de Arganil.

Miguel Ventura, secretário-co-



ordenador da Secção de Arganil, apelou ao sentido de responsabilidade e de militância dos socialistas, referindo que o PS tem pessoas de elevada qualidade, “disponíveis para dar o seu contributo e desempenharem um trabalho de excelência nas autarquias”.

Diversos secretários-coordenadores de Secção sublinharam, por seu lado, como foi o caso de Paulo Baptista, da Secção de Folques ou de Pedro Bordalo, da JS de Arganil, a sintonia existente entre as diversas secções e a Comissão Política Concelhia e a

sua disponibilidade para ajudar o PS a alcançar uma importante e significativa vitória quer nas próximas legislativas, quer nas eleições locais de 2009.

A apresentação de listas próprias do PS às autarquias constituiu o mote da intervenção do presidente da Comissão Política Concelhia, Eugénio Fróis, tendo frisado que o PS “está preparado para assumir as responsabilidades que os arganilenses lhe confiarão”, garantindo que o Partido Socialista local “está cada vez mais forte e determinado em apresentar alternativas sérias e credíveis ao

actual executivo municipal”, que na sua opinião “mantém uma política assente no populismo” e em que as únicas intervenções e obras executadas no concelho “têm a marca do actual Governo do PS”, caso, como sublinhou, das obras realizadas na EN 342 ou as executadas nos diversos Centros Educativos.

Já o presidente da Federação de Coimbra teceu duras críticas ao surgimento de candidaturas independentes protagonizadas, como classificou, “por dissidente do PS”, mostrando Vítor Batista, por outro lado, o seu contentamento pelo trabalho que o PS de Arganil tem vindo a desenvolver, dando como um bom exemplo para outros concelhos.

O líder do PS do distrito de Coimbra reforçou ainda as palavras proferidas anteriormente por Eugénio Fróis, para acentuar que Arganil “só tem evoluído graças à ajuda do actual Governo liderado por José Sócrates” que na sua perspectiva “tem deixado uma marca bem presente em várias áreas”, contrariamente, como disse, a outros Governos, “que se esqueceram que esta região também é Portugal”. R.S.A.

### OPINIÃO



PAULA DE DEUS  
Deputada do PS

## ALENTEJO, REGIÃO “IN” Investimento, internacionalização e integração

O ALENTEJO está com rumo e uma dinâmica forte, estão a ser feitos investimentos sérios e a ser criadas condições para que a região descole e se afirme na Europa das regiões. O Alentejo não ficou à sombra da nostalgia do passado e está a afirmar-se pela qualidade. A actual mudança na realidade económica é o resultado da sedimentação de decisões e estratégias públicas de desenvolvimento da região a que o sector privado tem respondido com determinação.

Alqueva é um dos melhores exemplos da capacidade de concretização deste Governo e do seu investimento na região. É importante lembrar o impulso que finalmente foi dado ao aeroporto de Beja e cuja execução está à vista de todos, a aposta no porto de Sines, nas energias renováveis, a reactivação do sector mineiro e os projectos no sector do turismo, são um contributo importante para aumentar a vantagem competitiva do Alentejo.

*Esta constelação de investimentos [no Alentejo] é sinal de duas coisas. Por um lado, da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros no nosso país e no Alentejo, em particular. Por outro lado, do compromisso do Estado com projectos estruturantes para o desenvolvimento da região*

O acesso a serviços de saúde de qualidade é uma condição fundamental para a atracção do turismo de qualidade, e esta aposta está na agenda do nosso desenvolvimento. A construção do Hospital Central do Alentejo, investimento há muito aguardado e que está finalmente a avançar, contribui decisivamente para a qualificação da resposta da saúde na região.

Esta constelação de investimentos é sinal de duas coisas. Por um lado, da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros no nosso país e no Alentejo, em particular. Por outro lado, do compromisso do Estado com projectos estruturantes para o desenvolvimento da região. É uma condição para a internacionalização do Alentejo pela qualidade. O professor Ernâni Lopes chama-lhe a “Grande Ogiva do Sul”. O Alentejo precisa de atrair mais pessoas, ter mais massa crítica mas precisa essencialmente da visão, da força e da convicção dos que nele acreditam como terra de passado, presente e futuro para os seus filhos.

## OPINIÃO



**HORÁCIO ANTUNES**  
Deputado do PS

*O dispositivo colocado no terreno e a sua eficiência são o paradigma fundamental para o sucesso obtido, que não poderá ser ofuscado pelas menores temperaturas ou maior precipitação pluviométrica*

## INVESTIR NA NOSSA FLORESTA

A SUBCOMISSÃO de Agricultura, Floresta, Desenvolvimento Rural e Pescas é agora a responsável pelo acompanhamento e avaliação das políticas da defesa da Floresta contra Incêndio, sucedendo à extinta Comissão Eventual.

Nesse sentido procurou esta subcomissão acompanhar a actividade desenvolvida ao longo do país pelos diversos Ministérios, Serviços Regionais, Governos Civis, Câmaras Municipais, Bombeiros, Sapadores, GNR, SEPNA, IM, Freguesias, Meios Aéreos, programando diversas visitas aos distritos de Leiria, Santarém, Porto, Faro e Castelo Branco, e ao Comando Nacional de Operações e Socorro na Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Programou, também, várias audições à ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, Liga de Bombeiros Portugueses, ANMP, Associações de Municípios Portugueses e EMA - Empresa de Meios Aéreos.

Foi extremamente importante ver no terreno todo o dispositivo composto por 9600 elementos, 2200 viaturas, 56 aviões, o que representa um aumento de 806 elementos, 380 viaturas e quatro meios aéreos, e uma rede de 237 postos de vigia.

Podemos agora afirmar que a disponibilidade de todo o dispositivo é grande, mostrando uma grande determinação e entrosamento no terreno, o que tem permitido que as ordens de despacho dos meios seja inferior a duas minutos e a média de tempo para um primeira intervenção seja agora inferior a nove minutos.

Até 31 de Agosto registaram-se sete grandes incêndios em 2008, 2 na fase Alfa e 5 na fase Bravo, que consumiram uma área de 1694ha, cerca de 19% do total da área ardida. O maior ocorreu no distrito da Guarda, no concelho da Meda, no início de Agosto que consumiu 535ha.

Em Portugal, entre 1 de Janeiro e 31 de Agosto houve 8554 ocorrências, 1562 incêndios florestais e 6992 fogachos que queimaram 8901ha, sendo 2814ha de povoamentos florestais e 6087ha de matos.

Constata-se ter havido em 2008 mais 580 incêndios e mais 998 fogachos do que em 2007, mas constata-se também que a área ardida em 2008 é menor que a área ardida em 2007, no mesmo período. Menos 3038ha em povoamentos florestais e menos 406ha em matos.

Pensamos que tais factos, mais ocorrências e menor área ardida, demonstram que o dispositivo colocado no terreno e a sua eficiência são o paradigma fundamental para o sucesso obtido, que não poderá ser ofuscado pelas menores temperaturas ou maior precipitação pluviométrica, que são também importantes mas não podem justificar cabalmente que para maior número de incêndios haja agora uma menor área ardida.

Parece, também, ser correcto que a fase Charlie, a mais importante dos fogos florestais tenha sido alargada até ao dia 15 de Outubro, pois a experiência de 2007 faz tomar medidas que impeçam o desmobilizar do dispositivo num mês que pode ter temperaturas elevadas e que no ano transacto fez arder em Outubro e Novembro cerca de 16 mil ha contra os cerca de 15 mil que arderam entre Janeiro e 30 de Setembro de 2007.

Se é verdade que Portugal sem Fogos depende de todos, é com tristeza que assistimos, ainda, a um tão elevado número de ocorrências, o que significa que o desleixo, a desatenção ou o incêndiarismo ainda provocam muitos fogos em Portugal.

Em 2006, houve cerca de 1500 processos de investigação. Em 2007 confirmaram-se 1202 inquéritos, tendo 200 pessoas sido constituídas arguidos e a Polícia Judiciária deteve 37 pessoas por fogo posto.

A identificação dessas pessoas e a sua reclusão durante o período mais difícil é, também, uma necessidade, porque o país precisa de baixar consideravelmente o número de incêndios e a área ardida.

Portugal precisa, isso sim, de investir na sua floresta por motivos económicos mas, também, por motivos ambientais e de biodiversidade.

A Floresta ordenada, sustentável, compartimentada e cuidada é economicamente rentável.

É nisso que apostamos.

Portugal sem fogos, já!!!

## “Queremos que a Madeira inteira seja terra de liberdade”



O PARTIDO Socialista “não tirou férias e não desertou do debate político”, afirmou Augusto Santos Silva ao intervir, perante 15 mil militantes e simpatizantes, na festa anual do PS/Madeira.

Em representação da direcção nacional do partido, Santos Silva deixou claro que os dirigentes do PS “não têm medo das festas onde está o povo”, à semelhança do que acontece com a actual direcção nacional do PSD.

Criticou igualmente a ideia de criação de um novo partido lançada pelo presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, sustentando que os socialistas “não querem criar um novo partido federalista porque Portugal é um único país, um Estado unitário e a República é uma democracia”.

“O que queremos para a Madeira é o que queremos para Portugal. Queremos que a Madeira inteira seja também terra de liberdade”, venceu o dirigente nacional do PS.

Já o presidente do PS/M, João Carlos Gouveia, sublinhou a urgência e a necessidade de efectivar uma mudança governativa na região, de modo a resolver os problemas relacionados com a crise económica e financeira criada por 30 anos de administração laranja.

“Os governantes [regionais] actuais estendem os vícios da governação a toda a sociedade madeirense”, afirmou, considerando que os sucessivos executivos liderados por Alberto João Jardim “transformaram a Madeira em couda pessoal para as suas famílias e afilhados”.

Sustentou, assim, ser necessário “livrar a sociedade madeirense da actual rede de clientelas sorvedoura de dinheiros públicos”.

João Carlos Gouveia apelou, por último, ao empenho de todos nos três actos eleitorais do próximo ano – autárquicas, europeias e legislativas nacionais.

Por sua vez, o líder parlamentar

do PS/M, Vítor Freitas, acusou o Executivo regional de “não governar e só fazer propaganda”, considerando que a Madeira esteve, no último ano, “parada, com um Governo que se demitiu das suas responsabilidades, divorciado dos madeirenses e que traiu os interesses da região por questões político partidárias”.

“Foi um Governo do nada, zero na acção governativa, na responsabilidade política e resolução de problemas”, denunciou, acrescentando que o PSD se porta como partido da oposição até para com a sua própria líder nacional.

Durante esta concentração anual dos socialistas madeirenses, no Poço do Bispo, discursou também o líder nacional da JS, Orlando Fernandes, que descreveu Jardim como “um cachalote que deu à praia à espera de atenção”, garantindo que os jovens socialistas vão “continuar a obrigar o Governo da Madeira a trabalhar”. M.R.

## PS/M quer linha de crédito urgente para salvar PME regionais

É NECESSÁRIO e urgente criar uma linha de crédito na ordem dos 40 milhões de euros para apoiar pequenas e médias empresas da Madeira em situação difícil e crítica. Esta a recomendação feita pelos socialistas madeirenses ao Governo chefiado por Alberto João Jardim, num projecto de resolução que o PS/M entregou, no passado dia 8, na Assembleia Legislativa Regional.

A medida sugerida pelo PS/M consta do Plano de Recuperação da Economia da Madeira (PREM) – um documento que visa “ajudar as PME’s em dificuldade a atravessar a crise, defender o tecido empresarial regional e preservar os postos de trabalho” neste “momen-

to bastante crítico e de enormes dificuldades” que atravessa a economia do arquipélago.

“Desde o ano 2000 que existem sinais preocupantes da falência do modelo regional, financiado quase em exclusivo nos fundos públicos”, apontou o deputado do PS/M Carlos Pereira, numa conferência de Imprensa, na qual criticou também aquilo que classificou como “um dos maiores erros políticos de Alberto João Jardim”.

“O Governo do PSD foi incapaz ou não quis evitar a saída da região do objectivo 1, o que levou a que os madeirenses tenham perdido mais de 500 milhões de euros de fundos europeus para o período 2007/2013”, lembrou, conside-

rando que essa atitude levou a economia madeirense “à beira da falência”, a crescer “bastante menos de 2003 a 2006” e a registar uma taxa de desemprego crescente.

“Nos últimos anos tem aumentado o número de falências, atingindo um número recorde em 2007, com 40%”, sublinhou o deputado socialista, referindo tratar-se de uma “situação insólita” e “demonstrativa da falta de atractivo da economia da Madeira”.

Refira-se ainda que além da linha de crédito, os deputados socialistas defendem também a elaboração de um levantamento sério e exaustivo da situação geral das PME’s da Madeira de modo a implementar as iniciativas de apoio. M.R.



# Novos desafios para as autarquias locais



## CONVERSAS NA LINHA

A NECESSIDADE de se começar desde já a delinear um novo rumo para as autarquias locais, que permita melhores resultados em prol dos munícipes, tendo especialmente em atenção os importantes combates eleitorais que se avizinham, foi realçada pelos participantes no debate “Novos Desafios para as Autarquias Locais”, promovido pelo Clube de Reflexão Política – A Linha, em colaboração com as Secções de Carcavelos e São Domingos de Rana do Partido Socialista.

Esta segunda sessão das Conversas na Linha, realizada no dia 11, no Hotel Praiamar, em Carcavelos, contou com a participação dos camaradas Eduardo Cabrita, secretário de Estado Adjunto e das Autarquias Locais, Luís Pita

Ameixa, deputado do PS membro da Comissão do Poder Local, e Jorge Pulido Valente, presidente da Câmara Municipal de Mértola.

Na sua intervenção, Eduardo Cabrita explicou algumas das profundas reformas levadas a cabo pelo actual Governo, no âmbito das autarquias locais, sublinhando o facto de estarmos perante uma nova geração de políticas, cujo sucesso depende da capacidade de reentrar olhares em torno dos actuais problemas do poder local.

Recordou ainda que algumas das propostas apresentadas não foram mais além por culpa do PSD e do PCP, citando, entre outros casos, o da limitação de mandatos na Região Autónoma da Madeira, e enalteceu o esforço da generalidade dos autarcas, de norte a sul do país para se adaptarem à nova Lei das Finanças Locais, bem como à

nova lei eleitoral autárquica.

Já Jorge Pulido Valente salientou a necessidade de haver uma reorganização da gestão interna das câmaras municipais, tornando-as cada vez mais estruturas autónomas que funcionem como “mini-governos” deixando para trás a ideia de estruturas em permanente dependência do poder central.

Por seu turno, o camarada Luís Pita Ameixa centrou a sua análise em torno da nova Lei das Finanças Locais, em particular nas questões que respeitam ao ambiente, sublinhando os grandes desafios que neste domínio as autarquias têm pela frente.

Este debate inseriu-se no ciclo “Conversas na Linha” e precede outros já em preparação e que têm como objectivo promover a discussão de temas e ideias de interesse público.



LUÍS MIGUEL FERREIRA  
S. João da Madeira

*Manuela Ferreira Leite mostrou ser uma líder fraca e incapaz de falar de outras coisas para além de finanças públicas, ainda por cima uma área que teve nas mãos no passado e cujos péssimos resultados deram tanto trabalho a corrigir*

## APOSTA QUE GANHAS!

MUITO se tem especulado à volta dos motivos que levam Manuela Ferreira Leite (MFL) a não falar. Será estratégia? Será falta de tempo? Será incapacidade? Afinal, o que motiva MFL a esconder-se atrás do seu silêncio?

Uma das mais espectaculares (não vislumbro termo mais adequado!) explicações que encontro para a tese de que se trata de uma estratégia foi a de Marcelo Rebelo de Sousa. De facto, este comentador do PSD tem uma capacidade fora do comum para defender uma ideia e, ao mesmo, o seu contrário com a mesmíssima convicção e paixão. Desta vez, sobre a liderança da “chefe”, Marcelo argumentou que a estratégia do silêncio é “má” mas que, mesmo assim, trouxe mais vantagens do que desvantagens! Ora, isto, sob o ponto de vista político e partidário, é absolutamente contraditório, vindo de uma pessoa com óbvios interesses na matéria em causa.

Já Pacheco Pereira, também ilustre profissional do comentário político pró-PSD, apesar de achar que não houve silêncio nenhum e que tudo não passa de “uma mera invenção convencional”, vai afirmando que a presidente do PSD “deve falar não por regra mas por excepção”, embora reconheça que o seu partido vai fiscalizar as medidas do Governo “quase em tempo real”.

Luís Filipe Menezes, também do PSD, avaliando a “capacidade para liderar, conhecimentos, dimensão cultural e intelectual” da sua liderança e a da actual líder foi dizendo que se trata de “uma diferença que vai do Fiat 600 para o Ferrari”. Considerou a estratégia do silêncio errada e afirmou que a “expectativa gerada só poderia ser quebrada por uma declaração que abalasse o eleitorado” e que “como não consta que seja desejável ou justificável declarar a guerra a Marrocos ou a Castela, tudo o que vier do discurso de 7 de Setembro será inevitavelmente pífió”.

E Manuela Ferreira Leite falou, finalmente, no passado dia 7 de Setembro. Na verdade, foi como não tivesse dito nada. Para uma pessoa que lidera um partido que ambiciona o poder, esperava-se muito mais, ainda por cima após grande expectativa gerada pelo seu longo silêncio. Falou do passado, falou daquilo que considera estar mal mas não disse como faria se estivesse no poder! Foi demagógica, pessimista, mostrou desconhecimento de alguns processos e não revelou as suas ideias para resolver os problemas. Os comentadores, os mais tendenciosos, bem tentam justificar esta pobreza de ideias patente no discurso, como sendo a tal nova forma de comunicar, uma questão táctica, uma estratégia inovadora. No entanto, na verdade, MFL mostrou ser uma líder fraca e incapaz de falar de outras coisas para além de finanças públicas, ainda por cima uma área que teve nas mãos no passado e cujos péssimos resultados deram tanto trabalho a corrigir.

MFL vai falar pouco. Não por questões tácticas mas porque tem, de facto, muito pouco para dizer ao país. Menezes bem pode apostar no Euromilhões! O discurso de MFL de 7 de Setembro foi mesmo pífió! E vai continuar a sê-lo, sempre que ocorrer! E por isso é que mesmo que MFL queira falar, os seus companheiros tentarão evitar! Não por estratégia mas por saberem que a sua líder nunca vai dizer nada!

## Aprovado Programa de Acção para o Oeste e Lezíria do Tejo

O PROGRAMA de Acção para os Municípios do Oeste e Municípios da Lezíria do Tejo, que prevê um investimento de 2,1 mil milhões de euros e a concretização de uma centena de projectos, entre 2008 e 2017, foi aprovado pelo Governo, em Conselho de Ministros.

O objectivo do programa é o desenvolvimento sustentável de um território que sofreu consequências apreciáveis com a alteração da localização do novo aeroporto de Lisboa da Ota para Alcochete.

“Este programa é uma decisão do primeiro-ministro em resposta às preocupações levantadas pelos municípios do Oeste quando foi



decidido alterar a localização do novo aeroporto de Lisboa”, referiu o ministro das Obras Públicas, em conferência de Imprensa no final do Conselho de Ministros.

No seu conjunto, o Progra-

ma de Acção irá abranger os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Azambuja,

Cartaxo, Rio Maior e Santarém. No Programa de Acção, estão definidos como objecto de intervenção 59 projectos de iniciativa do Governo e 61 de iniciativa dos municípios.

## Recenseamento simplificado



NO ÂMBITO do Simplex, foi já publicado o novo regime do recenseamento eleitoral, visando assegurar a inscrição automática dos cidadãos portugueses residentes no território nacional, para os quais dita inscrição é obrigatória, com base na plataforma do Cartão de Cidadão.

Além de promover a simplificação e modernização de procedimentos, através de novas tecnologias, esta medida permitirá igualmente facilitar a relação dos cidadãos com a administração eleitoral e melhorar o acesso das comissões recenseadoras à Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (BDRE) via SIGREweb (Sistema de Informação e Gestão do Recenseamento Eleitoral).

## Cartão de Cidadão em cinco novas localidades

CINCO novos balcões de atendimento para pedido do Cartão de Cidadão foram abertos em Sever do Vouga (Aveiro), Cabeceiras de Basto, (Braga), Marco de Canaveses, (Porto), Alcácer do Sal, (Setúbal) e Porto Moniz (Madeira), somando assim um total de 253 locais de atendimento com este serviço distribuídos pelo território nacional.

## “Casa Pronta” em Penalva do Castelo



JÁ SE encontra em funcionamento o serviço “Casa Pronta” na Conservatória do Registo Predial de Penalva do Castelo.

Com a abertura deste novo balcão de atendimento, passam a estar disponíveis 84, que abrangem 79 municípios, 18 distritos e 8 capitais de distrito, estando previsto o alargamento progressivo a todo o território nacional deste serviço que permite a realização, num local único, de todas as operações relacionadas com a compra e venda de casa.

## Estado actualiza lista de participações

FORAM publicados recentemente, em “Diário da República”, os despachos que actualizam a lista de medicamentos com regime especial de participação, destinados ao tratamento de dores oncológica e crónica não oncológica e de Alzheimer.

A lista completa dos medicamentos abrangidos poderá ser consultada através da leitura directa dos despachos n.º 22186, 22187 e 22188, de 2008 ou, através da Internet, no Portal da Saúde.

## Alentejo tem novas unidades de cuidados continuados

NO ÂMBITO de um alargamento programado da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados do Alentejo, Ponte de Sôr e Beirã (Marvão), no distrito de Portalegre, e Santiago do Cacém vão passar a dispor de novas unidades, visando desenvolver acções mais próximas das pessoas idosas e em situação de dependência.

Estas unidades de cuidados continuados assumem-se como um nível intermédio de prestação de cuidados de saúde e de apoio social, entre os de base comunitária e os de internamento hospitalar.

## Primeira farmácia hospitalar



A PRIMEIRA farmácia hospitalar de venda ao público do país abriu portas, no início de Setembro, no Hospital de Santo André, em Leiria.

## Saúde ao domicílio no Algarve

DE MODO a manter no seio familiar as pessoas com perda de funcionalidade, cumprindo assim um dos objectivos centrais da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, 18 equipas do Algarve prestam assistência e cuidados de saúde ao domicílio a mais de 1.500 utentes.

## Genéricos mais baratos

O GOVERNO decidiu reduzir em 30% o preço total dos genéricos, através de um novo regime de formação do preço dos me-

dicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados.

A medida entrará em vigor a partir de 1 de Outubro, se limitando a conter o crescimento dos custos do Sistema Nacional de Saúde, mas a dar também um apoio vigoroso ao mercado dos medicamentos genéricos em Portugal.



## Imigrantes com saúde

O NOVO dossiê “Sou Imigrante, como posso ter Acesso a Cuidados de Saúde?”, através do qual os cidadãos, mesmo os que se encontram em situação ilegal, podem saber o que precisam de fazer para aceder aos cuidados de saúde disponíveis em Portugal, encontra-se já disponível no Portal do Cidadão ([www.portaldocidadao.pt](http://www.portaldocidadao.pt)).

## Grátis vacina contra cancro uterino

A VACINA contra o papiloma vírus humano (HPV), que pode provocar cancro do colo do útero, foi introduzida no Plano Nacional de Vacinação (PNV), sendo administrada sem custos.

A integração da vacina no PNV cumprirá prazos pré-estabelecidos. Numa primeira fase abrangerá todas as jovens nascidas em 1995. Em 2009 serão vacinadas as jovens que nasceram em 1996 e, em 2010, as nascidas em 1997. Entre 2009 e 2011 está igualmente previsto vacinar as raparigas que nessa altura tenham 17 anos.

## Isenção de taxa moderadora para vítimas de violência doméstica

SEMPRE que alguém declare nos serviços de admissão de uma urgência em estabelecimento de saúde, ou perante pessoal técnico dessa urgência, ser vítima de maus tratos, apresentando sintomas ou lesões que sustentem com alguma probabilidade tal alegação, ficará isento do pagamento de taxas moderadoras nos hospitais e centros de saúde.

O Ministério da Saúde clarifica, assim, mediante despacho recente, as condições de isenção definidas na lei em favor das vítimas de violência doméstica.

## Fim das comissões bancárias em mudanças de créditos

A PARTIR de 25 de Setembro, os bancos

vão deixar de poder cobrar comissões nas renegociações de crédito à habitação.

A nova legislação visa eliminar obstáculos comerciais à renegociação das condições dos empréstimos, nomeadamente do spread ou do prazo da duração do contrato de mútuo, e reforçar as condições de mobilidade destes empréstimos.



## Recuperados 500 milhões de euros em dívidas ao fisco

DESDE a publicação na Internet, em 31 de Julho de 2006, da Lista de Devedores do Ministério das Finanças e da Administração Pública, foram pagos pelos contribuintes envolvidos aproximadamente 500 milhões de euros, dos quais 200 milhões a partir de Janeiro deste ano.

## Concluídos reembolsos de IRS da primeira fase



O PROCESSO de liquidação das declarações Modelo 3 do IRS relativas à primeira fase foi concluído dentro do prazo legalmente previsto. A garantia foi dada pelo Ministério das Finanças em comunicado recente, onde especifica que, nesta fase, foram liquidadas 3.034.413 declarações, correspondentes a um acréscimo de 1,54% face às declarações liquidadas em idêntico processo, ao longo do ano passado.

Quanto ao número de reembolsos verificado este ano, registou-se um aumento de 1,8%, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 32 mil reembolsos face a 2007, sendo que no processo foram emitidas cerca de 210 mil notas de liquidação, com um valor global superior a 153 milhões de euros, montante superior em cerca de 15% face ao que se verificou no ano passado.

## Plano Tecnológico da Educação

AS RESOLUÇÕES do Conselho de Ministros relativas à generalização do Cartão Elec-

trónico e o Centro de Apoio Tecnológico às Escolas foram recentemente publicadas em "Diário da República".

Estas iniciativas, englobadas no Plano Tecnológico da Educação e com um custo global estimado de 48 milhões de euros, visam contribuir para a segurança escolar e para um apoio efectivo na solução de problemas relacionados com o funcionamento da infra-estrutura tecnológica.



## Requalificados 90 mil adultos

O PROGRAMA "Novas Oportunidades" requalificou, desde o início de 2007 e até 31 de Agosto de 2008, 90 mil adultos, atribuindo certificações ao nível do ensino básico e secundário, segundo dados da Agência Nacional para a Qualificação, os quais mostram ainda que no mesmo período se inscreveram neste programa cerca de 450 mil portugueses.

## Sobe participação estatal do ensino especial

O GOVERNO actualizou em mais 2,6% a participação do subsídio de frequência em estabelecimentos de ensino especial e determinou também os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelas cooperativas e associações de ensino especial, as participações aos estabelecimentos sem fins lucrativos, e aquelas devidas também aos estabelecimentos com fins lucrativos.

No caso dos estabelecimentos de ensino especial sem fins lucrativos – em regime de semi-internato –, o valor máximo da mensalidade é de 150,15 euros, sendo que os alunos entre os seis e aos 18 anos estão abrangidos pelo regime de gratuidade de ensino.

Já nos caso dos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos, estabeleceu-se que, no regime de externato, o valor máximo das mensalidades a praticar é de 288,26 euros, enquanto que no regime de semi-internato o valor máximo é de 369,59 euros e no regime de internato é de 699,53 euros.

## Ensino de português para mais 3500 alunos da Europa

MAIS 3.500 alunos do que no ano passado serão abrangidos pelo Português na Europa 2008/2009.

O ensino de português no contexto euro-

peu irá abranger este ano 58.228 alunos, em nove países: Alemanha, Andorra, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça.

O maior crescimento no número de inscritos registou-se em Espanha, seguindo-se a Suíça e a França.



## Passes escolar dos quatro aos 18 anos

BENEFICIANDO de um desconto de 50 %, jovens entre os quatro e os 18 anos de idade podem já utilizar o novo passe escolar – o 4\_18@escola.tp –, que abrange todos os transportes públicos colectivos de passageiros, rodoviários e fluviais, a nível nacional, e os ferroviários urbanos e regionais.

Segundo o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, irão estar abrangidos os transportes urbanos dos municípios que vierem a aderir ao 4\_18@escola.tp.

## Lei da Segurança Interna promulgada



AS LEIS da Segurança Interna e da Organização da Investigação Criminal foram recentemente promulgadas pela Presidência da República.

Com nova redacção, a Lei da Segurança Interna prevê a nomeação do secretário-geral de Segurança Interna, cargo que funcionará na dependência directa do primeiro-ministro, sendo por ele nomeado, mediante consulta do Parlamento.

Em relação à alteração das regras de Organização da Investigação Criminal, estabeleceu-se que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras fica com competências para investigar crimes de associação ao auxílio à imigração ilegal e tráfico de pessoas, bem como a falsificação de documentos de identificação com o referido objectivo.

## Aprovado novo Regime Jurídico das Armas



O NOVO regime jurídico das armas, que prevê a aplicação da prisão preventiva nos crimes cometidos com detenção ou com recurso a arma proibida, foi aprovado em Conselho de Ministros.

Assim, aos crimes cometidos com recurso a arma aplica-se uma agravação de um terço dos limites máximo e mínimo das penas quando, essa agravação não estiver já prevista na lei penal.

## Abastecimento seguro e mais alargado

AS FORÇAS policiais e as empresas de segurança privada assinaram acordos que permitirão alargar a mais mil postos de abastecimento de combustíveis o programa "Abastecimento Seguro".

Segundo comunicado do Ministério da Administração Interna, ao abrigo destes protocolos os postos de combustível aderente ao "Abastecimento Seguro" passarão a contar com a interoperabilidade de sofisticados meios tecnológicos de vigilância, já em utilização pelas empresas de segurança privada, incluindo videovigilância; circuitos fechados de televisão com transmissão de imagem em tempo real; sistemas de detecção de intrusão e monitorização de outros sistemas de telemetria; circulação de informação relevante e privilegiada e a rápida resposta das forças de segurança.

## Novas medidas para descongestionar tribunais



COM vista à redução do número de processos pendentes nos tribunais nacionais, o Ministério da Justiça implementou duas novas medidas respeitantes, por um lado, à indemnização por acidente de viação – estabelecendo regras para a fixação do valor dos rendimentos auferidos pelos lesados, para servir de base à definição do montante da indemnização, de forma que os rendimen-

tos declarados para efeitos fiscais sejam o elemento mais relevante –, e à concessão de pensões de alimentos ou de sobrevivência a pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges – clarificando que a atribuição das prestações por morte fica dependente de apenas uma acção judicial.

## Famílias recebem 'vales' para lâmpadas que poupam energia



VISANDO promover a poupança energética, os consumidores de electricidade receberão, junto com a factura de Setembro, um vale que poderão trocar por lâmpadas de alta eficiência.

Assim, serão distribuídos três milhões de lâmpadas pelas famílias (máximo de cinco por agregado), cada uma das quais poderá ver reduzidas as suas despesas com energia em 30 por cento.

Estima-se que esta medida resulte na poupança de 10 a 12 milhões de euros em custos com electricidade e licenças de emissões de CO<sub>2</sub>.

## "Porta 65 Jovem" culmina terceira fase de candidaturas

DECORREU, de 1 a 15 de Setembro, a terceira fase de candidaturas ao programa "Porta 65 Jovem", que visa prestar apoio a jovens arrendatários.

Depois das novas regras terem permitido quase triplicar o número de candidaturas, esta terceira fase permitiu apoiar jovens com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos (no caso de casais de jovens, um dos elementos pode ter até 32 anos).

O programa "Porta 65 Jovem" é promovido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e os interessados em informações adicionais poderão obtê-las pelo telefone (707 101 112), e-mail (atendimentoPorta65Jovem@ihru.pt) ou através da Internet.

## Inspecções Periódicas Obrigatórias com novos prazos

ENTROU em vigor o decreto-lei que define que os veículos devem ser apresentados para inspecções periódicas obrigatórias durante os três meses que antecedem o dia em que o automóvel foi matriculado pela primeira vez, procurando assim o descongestionamento dos serviços correspondentes – que se superlotavam ao final do mês –, e uma melhoria na qualidade técnica das inspecções.

## Fundação Res Publica: uma nova aposta nas políticas públicas



**AUGUSTO SANTOS SILVA**  
Membro do Conselho de Administração da Fundação Res Publica

*É um projecto inédito na democracia portuguesa, mas algo muito comum na área, ou mesmo no interior, de outros partidos progressistas, nomeadamente europeus e norte-americanos. Portugal, e o PS em particular, não podia continuar afastado desta rede internacional de troca de ideias políticas e experiências governativas*

AO LONGO da sua história, o Partido Socialista sempre soube adequar-se aos novos desafios, tendo sido pioneiro na necessária abertura do sistema partidário à sociedade civil. Foi assim na Convenção da Esquerda Democrática, em 1987; nos Estados Gerais para uma Nova Maioria, em 1995; ou, mais recentemente, na organização e institucionalização do Fórum Novas Fronteiras.

No último congresso, o Partido entendeu que devia dar um novo passo no sentido da qualificação do debate público, procurando renovar o plano das ideias e dinâmicas políticas, através de uma comunicação sistemática e aberta com o mundo académico e profissional. Foi nesse sentido que aprovámos, na moção global de estratégia, “a constituição de um verdadeiro instituto de estudo das políticas públicas, a partir da experiência das actuais Fundações na área do PS. Um instituto que contribua para a modernização do PS e do sistema português de partidos”.

É, pois, desta visão e deste compromisso que resulta a Fundação Res Publica, apresentada no passado dia 8 de Setembro, no Centro Cultural de Belém. De acordo com os seus Estatutos, a Fundação “deve orientar-se pelos valores e princípios da liberdade, da igualdade, da justiça, da fraternidade, da dignidade e dos direitos humanos”.

Pensando nas estruturas

que a compõem, a actividade da Fundação concretiza-se em três planos fundamentais. No quadro do Centro José Fontana, desenrola-se a relação com o mundo sindical. No âmbito do Centro Antero de Quental, promove-se a formação autárquica. Finalmente, temos o Instituto de Estudos Políticos.

De acordo com os Estatutos da Res Publica, compete ao Instituto «promover iniciativas de investigação, debate, formação e divulgação sobre o aprofundamento da democracia e as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e a coesão social, no âmbito nacional, europeu e internacional».

Basicamente, isto quer dizer duas coisas: a) que o instituto se ocupa de políticas públicas, isto é, tem a ver com a dimensão normativa (a intervenção na realidade: o que fazer, com que objectivos e com que meios) e não simples ou predominantemente com a dimensão analítica (a descrição e explicação da realidade); b) que o instituto se enquadra doutrinariamente, referindo a sua actividade ao propósito de realização do conjunto de valores que definem a área cultural, doutrinária e ideológica da esquerda democrática.

A actividade do Instituto passará pela promoção de estudos e debates, a organização de acções de formação e de apoio à investigação, e a edição, designadamente da

revista “Finisterra”.

Vale a pena salientar os temas previstos para os primeiros estudos. A nossa preocupação não foi aqui identificar todas as áreas da acção governativa, mas escolher aqueles que nos parecem seis grandes desafios estratégicos da esquerda progressista em Portugal e no Mundo: a redução das desigualdades sociais; o desempenho do sistema de educação e formação; a competitividade e modernização tecnológica da economia portuguesa; a energia: economia, ambiente e soberania; o papel da Europa na regulação da economia global; o sistema político e cidadania democrática: as novas formas e agendas de participação e comunicação política.

É um projecto inédito na democracia portuguesa, mas algo muito comum na área, ou mesmo no interior, de outros partidos progressistas, nomeadamente europeus e norte-americanos. Portugal, e o PS em particular, não podia continuar afastado desta rede internacional de troca de ideias políticas e experiências governativas. Por isso, decidimos avançar para mais esta aventura, certos de que contamos com a inspiração dos fundadores, com o contributo de académicos e profissionais, oriundos de vários centros de excelência de todo o país, e com o interesse de todos os que se revêem nos ideais do socialismo democrático.

## O novo ano parlamentar



**ANA CATARINA MENDONÇA MENDES**  
Vice-presidente do GP/PS

*O OE para 2009 deverá, por isso, reflectir a política económica e financeira dos últimos anos, mantendo o objectivo de controlo orçamental, mas investindo mais na Educação e na Ciência e Tecnologia, pólos fundamentais para a modernização da nossa economia*

COMEÇA esta semana mais uma sessão legislativa, a última antes das próximas eleições legislativas. Retomam-se os trabalhos e a azáfama em marcar as páginas de jornal com as “novidades” de cada Grupo Parlamentar. Escrevo as “novidades” sabendo que o discurso das oposições é o mesmo, as iniciativas requestradas e a cedência ao populismo uma constante dos últimos três anos.

Mas, este é um ano parlamentar exigente, com o início dos trabalhos marcado pelos vários vetos presidenciais e pela discussão do Código do Trabalho.

Dos vetos presidenciais, ao abrigo das disposições constitucionais e que conferem inteira legitimidade ao Senhor Presidente da República, destaco o veto à Lei do Divórcio. É claramente um veto ideológico, de quem tem uma concepção do casamento estatizante e pouco adequada à realidade dos dias de hoje. Um dos argumentos utilizados é o da desprotecção do cônjuge mais fraco, normalmente a mulher. Ora, é precisamente o contrário. Este diploma visa, em primeiro lugar, afastar a noção de culpa como causa do divórcio, mas, em segundo lugar, houve um cuidado extremo do legislador no sentido de proteger a parte mais fraca de um casamento. É, pois, um debate ideológico o que marcará a sessão plenária do próximo dia 17, o PS continuará a defender a essência do seu diploma – o fim do divórcio culposos.

O ano parlamentar será, ainda, marcado pelo debate do Código do Trabalho. Um Código do Trabalho com vista à promoção do diálogo social, mas também com cláusulas de combate à precariedade através da introdução de incentivos ao empregador para que contrate o trabalhador sem termo e medidas de combate aos falsos recibos verdes. Um código que defende os trabalhadores, dá

novas condições de competitividade às empresas e representa um novo compromisso social. À direita nem uma voz sobre esta importante mudança nas relações laborais em Portugal, à esquerda os argumentos do costume, a discussão sobre a forma e nada sobre a substância, o eterno pessimismo.

O Grupo Parlamentar do PS assumirá a discussão do Código do Trabalho como um combate que marca bem a diferença entre o PS e os restantes partidos: Este é um código que serve a economia portuguesa e serve os trabalhadores. Não temos, por isso, qualquer receio do combate à direita e à esquerda, e é um debate que, essencialmente à esquerda, muito marcará a diferença entre a esquerda progressista e a esquerda conservadora, para quem tudo deveria ficar na mesma, como se essa fosse a melhor maneira de defender o Estado Social.

Os debates relativos à reapreciação da Lei do Divórcio e ao novo Código do Trabalho (objecto de acordo em sede de concertação social) serão debates que permitirão ao PS acentuar a sua matriz ideológica de esquerda progressista, e por isso fundamentais para afirmar o PS como o grande partido motor das transformações económicas e sociais em Portugal.

Mas, permitam-me ainda que destaque nesta sessão legislativa que se inicia, dois debates da maior importância para o PS, enquanto maioria que suporta o Governo: o debate do Orçamento de Estado para 2009, a realizar em Outubro e Novembro de 2008, e o debate do Estado da Nação, a realizar em Julho de 2009.

O Governo apresentará o OE de 2009 num contexto em que o Mundo vive uma grave crise, que começou no sector financeiro, se acentuou com a alta do preço do petróleo e que alastrou a toda a economia mundial. A economia portuguesa conseguiu

crescer nos últimos três anos, impulsionada pelo aumento das exportações (onde se acentua a exportação de serviços tecnológicos, uma novidade que nos coloca num novo patamar de competitividade) e pela atracção de projectos de investimento privado conseguido pelo Governo (de que destaco o projecto do IKEA, o cluster aeronáutico de Évora, com a instalação da EMBRAER, ou os investimentos no turismo de qualidade na Península de Tróia, no Algarve e na costa Alentejana.) E tudo isto foi conseguido colocando em ordem as contas públicas, pelo lado da contenção da despesa do Estado e pelo aumento da eficiência da cobrança fiscal, e não pelo corte no investimento público reprodutivo. O OE para 2009 deverá, por isso, reflectir a política económica e financeira dos últimos anos, mantendo o objectivo de controlo orçamental, mas investindo mais na Educação e na Ciência e Tecnologia, pólos fundamentais para a modernização da nossa economia.

E o debate do Estado da Nação, em Julho de 2009, é a oportunidade para fazermos o balanço da maioria absoluta PS. É um debate fundamental, porventura o mais importante da sessão legislativa. Aqui vamos recordar onde estávamos em Fevereiro de 2005, e onde estaremos em Julho de 2009. Estou certa que o PS estará à altura de defender a política do Governo: um Governo com resultados!

Uma nota final para a Sessão Solene que assinala o 35.º aniversário do 25 de Abril. A Assembleia da República reunirá, uma vez mais, para assinalar a data que marca o início dos nossos sonhos e, como habitual, com cravos à esquerda. Penso que o PS deverá aproveitar a oportunidade para acentuar, uma vez mais, o terceiro “D” da Revolução e que, de forma clara, marca esta legislatura de maioria PS: o Desenvolvimento.